



Think Energy

Povos originários e
Comunidades Tradicionais





Think Energy

Povos originários e
Comunidades Tradicionais

Rio de Janeiro
2025

ÍNDICE

NOTA DA EDITORA	06
EDITORIAL	07

SEÇÃO 1

09

PARTICIPAÇÃO DE POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS NO ESTUDO AMBIENTAL DE ÁREA SEDIMENTAR DA BACIA TERRESTRE DO SOLIMÕES

Resumo	10
Introdução	12
Objetivos	13
Atividades Desenvolvidas	13
Considerações Finais	18
Agradecimentos	19
Entrevista com Autor	20

SEÇÃO 2

22

CAJUHIRI ATRAVESSADO INDIGENOUS TERRITORY: SOCIAL TECHNOLOGIES FOR CONFLICT MEDIATION AND COLLABORATIVE CONSTRUCTION FOR TERRITORIAL

Abstract	24
Introduction	26
Development	26
Methodology	32
Results	33
Final Remarks	34
Entrevista com Autor	35

SEÇÃO 3

38

CONDICIONANTES SOCIOAMBIENTAIS E PROTOCOLOS DE CONSULTA: O CASO DO PROJETO TERRITÓRIO CAIÇARA

Resumo	39
Introdução	41
Projeto Território Caiçara	42
Considerações Finais	49
Entrevista com Autor	50

SEÇÃO 4

54

A CENTRALIDADE DO TERRITÓRIO NA CONDUÇÃO DE PROJETOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO LICENCIAMENTO AMBIENTAL FEDERAL: ANALISANDO OS CAMINHOS PRODUZIDOS PELO QUIPEA

Resumo	55
Introdução	57
Desenvolvimento	58
Resultados	60
Considerações finais	63
Agradecimentos	63
Entrevista com Autor	64

REFERÊNCIAS

67

FICHA CATALOGRAFICA

69

EXPEDIENTE

70



Os trabalhos reunidos nesta revista são fruto de projetos submetidos e apresentados na ROG.e — antiga Rio Oil & Gas — ao longo das edições de 2020, 2022 e 2024. Iniciativas que nascem dentro do nosso setor, com o rigor técnico e a sensibilidade necessários para transformar dados em diálogo, escuta em estratégia e ciência em ferramenta de mediação. Aproveitamos, assim, o conhecimento que é produzido por nós e para nós — e que, cada vez mais, precisa ser compartilhado com propósito. Que esta edição inspire escutas mais sensíveis, processos mais justos e decisões mais humanas. O Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás reafirma seu compromisso com uma energia que considera, aprende e transforma junto com quem já habita esses espaços há muito mais tempo. Boa leitura — e, mais do que isso, boa reflexão.

Eduarda Tamate

Editora-chefe, Think Energy



| Editorial

Os desafios que enfrentamos hoje, especialmente nas agendas ESG (ambiental, social e governança) e DEI (diversidade, equidade e inclusão), exigem soluções colaborativas. Não há como superá-los de forma isolada. Precisamos unir conhecimento técnico, saberes tradicionais e estratégias inovadoras para construir caminhos viáveis. O Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP) tem um papel essencial nessa articulação, conectando o setor de energia às questões socioambientais e promovendo o diálogo entre diferentes atores.

Foi com essa perspectiva que concebemos esta revista: um espaço para reflexão, análise e troca sobre a relação entre povos originários, comunidades tradicionais e a indústria de energia. Mais do que compilar estudos, buscamos fomentar um debate qualificado sobre desenvolvimento econômico aliado à preservação sociocultural e

ambiental. Queremos ampliar vozes, cruzar experiências e inspirar soluções que fortaleçam a convivência respeitosa e produtiva entre diferentes visões de mundo.

A interação entre indústrias extrativas e povos originários está no cerne das discussões sobre sustentabilidade e responsabilidade socioambiental. O conhecimento tradicional dessas comunidades é essencial para a gestão ambiental e territorial, oferecendo perspectivas que complementam abordagens convencionais. A consulta prévia, livre e informada, prevista na Convenção 169 da OIT, é um exemplo de princípio fundamental para garantir a participação ativa dessas populações nas decisões que afetam seus territórios. Nesta edição, apresentamos boas práticas, desafios e reflexões sobre mediação de conflitos socioambientais e caminhos para soluções mais inclusivas e sustentáveis.

Os artigos reunidos aqui trazem um panorama das dinâmicas entre povos originários, comunidades tradicionais e o setor de óleo e gás. Trabalhos como "Condicionantes socioambientais e protocolos de consulta: o caso do projeto Território Caiçara" e "A centralidade do território na condução de projetos de educação ambiental no licenciamento ambiental federal" discutem questões regulatórias e metodológicas. Já "Participação de povos indígenas e comunidades tradicionais no Estudo Ambiental de Área Sedimentar da bacia terrestre do Solimões" compartilha uma experiência concreta de inclusão na gestão ambiental. Destacamos também o artigo vencedor do Prêmio Plínio Cantanhede da ROGe 2024, "Tecnologias Sociais para Mediação de Conflitos e Construção Colaborativa para o Desenvolvimento Territorial", que propõe soluções inovadoras para fortalecer o diálogo e a gestão compartilhada dos territórios.

Porém, como sabemos, a pesquisa vai muito além de números e relatórios. Para entender melhor o processo de produção de conhecimento sobre as relações do setor com povos originários e comunidades tradicionais, precisamos estimular o diálogo, e desenvolver uma escuta ativa para permitir a construção conjunta de subjetividades. Assim, cada estudo desta edição reflete essa dinâmica, trazendo não só análises técnicas, mas também histórias, desafios e aprendizados vividos no campo, revelando o que está por trás de seus artigos e as suas práticas de pesquisas. Isso, esperamos, aproximará os leitores dos bastidores da ciência e das pessoas que fazem dela uma ferramenta de transformação. Nosso objetivo é disseminar conhecimento técnico-científico de forma acessível para academia, setor produtivo, comunidades tradicionais, governo e sociedade civil. Mais do que um compêndio de informações, esta revista quer ser um catalisador de soluções intersetoriais, promovendo um diálogo mais inclusivo e sustentável.

Convidamos você a uma leitura crítica e reflexiva sobre as interações entre o setor de óleo e gás e os povos originários. Esperamos que esta edição contribua para a valorização do conhecimento tradicional na formulação de políticas ambientais e estratégias de desenvolvimento. Agradecemos aos autores e colaboradores que tornaram esta publicação possível e reforçamos a importância da ciência, do diálogo e do respeito à diversidade na construção de um futuro mais equilibrado e humano.

Lisandro Gaertner

Gerente de Gestão do Conhecimento
e Comissões do IBP



SESSÃO 1

PARTICIPAÇÃO DE POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS NO ESTUDO AMBIENTAL DE ÁREA SEDIMENTAR DA BACIA TERRESTRE DO SOLIMÕES

PARTICIPATION OF INDIGENOUS PEOPLES AND TRADITIONAL
COMMUNITIES IN THE SEDIMENTARY AREA ENVIRONMENTAL
STUDY IN THE SOLIMÕES ONSHORE BASIN

Vinicius Mesquita Rosenthal ¹ | Carolina Maria H. de G. A. F. Braga ² | Verônica Souza da Mota Gomes ³ | Mariana Lucas Barroso ⁴ | Hermani de Moraes Vieira ⁵ | Ivani Ferreira de Faria ⁶ | André Cassino Ferreira ⁷ | Pedro Nino de Carvalho ⁸ | Elisangela Almeida ⁹

1. Empresa de Pesquisa Energética, DEA, SMA. Rio de Janeiro - RJ - Brasil, vinicius.rosenthal@epe.gov.br

2. Empresa de Pesquisa Energética, DEA, SMA. Rio de Janeiro - RJ - Brasil, carolina.braga@epe.gov.br

3. Empresa de Pesquisa Energética, DEA, SMA. Rio de Janeiro - RJ - Brasil, veronica.gomes@epe.gov.br

4. Empresa de Pesquisa Energética, DEA, SMA. Rio de Janeiro - RJ - Brasil, mariana.barroso@epe.gov.br

5. Empresa de Pesquisa Energética, DEA, SMA. Rio de Janeiro - RJ - Brasil, hermani.vieira@epe.gov.br

6. Universidade Federal do Amazonas, Dept de Geografia. Manaus - AM - Brasil, fariaivani@gmail.com

7. Empresa de Pesquisa Energética, DEA, SMA. Rio de Janeiro - RJ - Brasil, andre.ferreira@epe.gov.br

8. Empresa de Pesquisa Energética, DEA, SMA. Rio de Janeiro - RJ - Brasil, pedro.carvalho@epe.gov.br

9. Empresa de Pesquisa Energética, DEA, SMA. Rio de Janeiro - RJ - Brasil, elisangela.almeida@epe.gov.br



| Resumo

Este trabalho apresenta reflexões sobre a promoção da participação dos povos indígenas e comunidades tradicionais em eventos realizados durante o Estudo Ambiental de Área Sedimentar da Bacia Terrestre do Solimões, entre maio de 2018 e agosto de 2020. O Estudo focou numa área do estado do Amazonas de cerca de 300 mil km² com potencial petrolífero onde habitam 20 povos indígenas (alguns em isolamento voluntário) e diversas comunidades tradicionais. Por meio do diálogo com os movimentos sociais e lideranças comunitárias nas principais sedes municipais, contribuiu-se para maior interação e conhecimento das comunidades sobre os objetivos do EAAS

Solimões, além da obtenção de dados primários importantes sobre territórios tradicionais, recursos importantes para as comunidades, conflitos e demandas sociais. Tal processo foi fundamental para aumentar a possibilidade de minimizar incertezas, subsidiar a seleção das áreas aptas para o desenvolvimento de atividades de petróleo e gás natural na região.

Palavras-chave: Amazônia. Participação social. diálogo. conflitos. Planejamento energético

Os artigos e entrevistas publicados nesta revista representam exclusivamente as opiniões e perspectivas de seus respectivos autores e entrevistados. O idioma utilizado e seu conteúdo correspondem ao formato integral submetido e avaliado pelo Comitê Avaliador do Congresso da ROG.e. Assim como as ideias, posicionamentos e informações contidas nos textos não refletem, necessariamente, as opiniões, crenças, diretrizes ou posicionamentos institucionais do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP). O IBP não se responsabiliza pela exatidão, integridade ou validade dos conteúdos publicados, sendo de inteira responsabilidade dos autores quaisquer implicações decorrentes das informações apresentadas.

DOI: <https://doi.org/10.48072/2525-7579.rog.2022.340>



| Abstract

This paper describes the events fostered to promote the participation of indigenous peoples and traditional communities in the Environmental Study of sedimentary area of the Solimões onshore Basin, undertaken between may 2018 and aug 2020. The Study focused on an area of about 300,000 km² with oil and gas potential in the state of Amazonas, where 20 indigenous peoples (some of them in voluntary isolation) and several traditional communities live on the banks of rivers. Through dialogues with social movements and community leaders in the main municipal capitals over two years of study, a growing understanding by the

communities about the objectives of the study was built, in addition to obtaining primary data on the occurrence of traditional lands, places and resources important for them. This process was fundamental to increase the possibility of conflict mediation, minimize uncertainties and subsidize the selection of areas suitable for the development of oil and natural gas activities in the region.

Keywords: Amazon. Social participation. Dialogue. conflicts. Energy planning

Os artigos e entrevistas publicados nesta revista representam exclusivamente as opiniões e perspectivas de seus respectivos autores e entrevistados. O idioma utilizado e seu conteúdo correspondem ao formato integral submetido e avaliado pelo Comitê Avaliador do Congresso da ROG.e. Assim como as ideias, posicionamentos e informações contidas nos textos não refletem, necessariamente, as opiniões, crenças, diretrizes ou posicionamentos institucionais do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP). O IBP não se responsabiliza pela exatidão, integridade ou validade dos conteúdos publicados, sendo de inteira responsabilidade dos autores quaisquer implicações decorrentes das informações apresentadas.

DOI: <https://doi.org/10.48072/2525-7579.rog.2022.340>



1. Introdução

Em 2012 foi instituída a Avaliação Ambiental de Área Sedimentar (AAAS), por meio da Portaria Interministerial n. 198/2012, instrumento de entendimento entre os ministérios de Minas e Energia (MME) e do Meio Ambiente (MMA) que busca subsidiar processos de outorga de blocos exploratórios de petróleo e gás natural em bacias sedimentares marítimas e terrestres. Por ocorrer num momento inicial do planejamento e em escala regional, a AAAS permite compreender num nível estratégico questões de mais amplas, de modo a adequar as atividades petrolíferas com o contexto socioambiental em que pretendem operar. A classificação de áreas avaliadas quanto à aptidão para o desenvolvimento das atividades, bem como recomendações a serem integradas aos processos decisórios relativos à outorga de blocos exploratórios e ao respectivo licenciamento ambiental são os principais resultados da AAAS.

A AAAS Solimões possui cinco etapas. A primeira foi a seleção, pelo MME e MMA, da bacia sedimentar do Solimões para ser estudada. A segunda, realizada pelo Comitê Técnico de Acompanhamento - CTA¹, foi a elaboração do o Termo de Referência (TR) contendo as especificações técnicas para coleta e análise das informações no Estudo Ambiental de Área Sedimentar (EAAS). A terceira foi a execução do EAAS, sob responsabilidade da EPE e acompanhamento do CTA. A quarta foi a produção do relatório conclusivo pelo CTA com base nos resultados obtidos no EAAS e, por último, a análise do Relatório Conclusivo e tomada de

decisão, de responsabilidade de uma Comissão Interministerial, a ser composta por MME e MMA.

Segundo a mencionada Portaria, o EAAS é o principal instrumento da AAAS e consiste em um estudo multidisciplinar de abrangência regional, elaborado com foco na avaliação das condições e características socioambientais da área, considerando a relação das atividades e empreendimentos de exploração e produção de petróleo e gás natural com os demais usos do território. A análise promovida pelo EAAS subsidia as etapas seguintes e fundamenta os objetivos da AAAS, como o de promover a eficiência e aumentar a segurança jurídica nos processos de licenciamento ambiental das atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural.

Para elaborar o EAAS Solimões, cumpridas as duas primeiras etapas da AAAS, a EPE contratou em maio de 2018, via concorrência pública, o Consórcio Piatam-Coppetec., O EAAS foi concluído em agosto de 2020. O Consórcio era formado por dois núcleos universitários: o Instituto Piatam, que reúne pesquisadores da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), responsáveis pelos aspectos socioambientais e a Fundação Coppetec, formada por pesquisadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que abordou as atividades petrolíferas e as modelagens hidrodinâmicas de transporte e dispersão de óleo. Apesar da vasta extensão da bacia sedimentar do Solimões, 411.653 km², o Estudo focou na bacia efetiva, uma área de cerca de 300 mil km² com potencial petrolífero.

¹ O Comitê Técnico de Acompanhamento da AAAS Solimões foi composto por Ministério de Minas e Energia (MME), Ministério do Meio Ambiente (MMA), Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e contou também com a participação da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA).

A bacia sedimentar é composta de uma elevada sociobiodiversidade preservada e abriga somente 20 sedes municipais, a maioria às margens do rio Solimões. É uma região sujeita à forte sazonalidade na variação do nível dos rios e sem infraestrutura de transporte terrestre intermunicipal, sendo o deslocamento a partir de Manaus feito por via aérea ou hidroviária. Os principais rios são Tefé, Juruá, Coari, Purus e Solimões. Neste contexto de alta sociobiodiversidade e complexidade de ecossistemas vivem diversos povos indígenas e comunidades tradicionais (PICT).

Na área de influência estratégica (AIE) do EAAS, foram identificados 20 povos indígenas (incluindo alguns em isolamento voluntário) dentro e fora dos limites das 64 Terras Indígenas reconhecidas pelo Estado. Além disso, foram registradas comunidades tradicionais ribeirinhas cujos territórios estão reconhecidos em 22 Unidades de Conservação de Uso Sustentável. Em muitos casos, os territórios de uso tradicionais dessas comunidades ocupam áreas fora dos limites de TIs e UCs oficialmente reconhecidas. Toda essa complexidade socioambiental é algo importante de ser avaliado no âmbito de um estudo estratégico como o EAAS, tanto com o intuito de diminuir riscos socioambientais e financeiros de futuras atividades petrolíferas na região quanto de promover um planejamento energético comprometido com a ética e o diálogo².

Um dos desafios da etapa de levantamento de dados do EAAS foi definir o método de coleta de informações sobre os povos indígenas e as comunidades tradicionais. Em especial, há maiores dificuldades na obtenção das informações desses sujeitos sociais que vivem em territórios tradicionais não reconhecidos pelo Estado. Percebeu-se a necessidade de que as comunidades compreendessem a EAAS, o que se previa como atividades petrolíferas futuras e como diferentes cenários poderiam afetar o modo de vida tradicional, para, dessa forma, entenderem a importância de exporem seus modos de vida e se posicionarem frente ao tema.

2. Objetivos

O presente artigo possui como objetivo geral apresentar como foi desenvolvido o processo de participação com povos indígenas e comunidades tradicionais para o Estudo Ambiental da Área Sedimentar do Solimões.

3. Atividades Desenvolvidas

Para elaborar o TR com vistas ao desenvolvimento do EAAS, o CTA adotou a abordagem da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), que tem entre seus princípios a participação pública, relevante para promover a integração, o levantamento de informações e estabelecer diálogo entre os atores (IAIA 2002; EPE 2017). Deste modo, inicialmente, foram determinados no TR quatro momentos de interações com sujeitos sociais da região de estudo: entrevistas, oficina I, oficina II e consulta pública por internet e presencial. Devido à relevância dos povos indígenas e comunidades tradicionais para o contexto local, o consórcio Piatam-Coppetec adicionou, no Plano de Trabalho, dois outros momentos: reuniões de gestão do conhecimento e mapeamento participante e reuniões informativas. A seguir estão descritos os momentos de interações com a sociedade realizados no estudo.

3.1 AS REUNIÕES DE MAPEAMENTO E INFORMATIVAS COM POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

As duas fases propostas pelo Consórcio foram idealizadas e coordenadas pela responsável do tema povos indígenas e comunidades tradicionais no EAAS, uma professora da UFAM com décadas de experiência com povos indígenas, sobretudo na

² "Ética - Em nossas ações, compromissos e relações em geral, consideramos essenciais a transparência, a impessoalidade, a integridade, a isonomia e a não discriminação como fundamentos para uma atuação visando um planejamento energético de excelência." (EPE, Planejamento Estratégico da EPE - Ciclo 2016-2019. Disponível em: encurtador.com.br/qAUZ4). Na atualização do Planejamento Estratégico da EPE foi incluído como um valor da empresa o diálogo: "Diálogo - Buscamos a prática do diálogo franco, respeitoso e profissional, num ambiente de convivência e estímulo a diferentes perspectivas, respeitando a opinião alheia e o direito democrático de expressão das pessoas e entidades que se relacionam com a instituição, como instrumento para a integração, inovação e relevância do nosso trabalho." (EPE, Planejamento Estratégico da EPE - Ciclo 2021- 2025. Disponível em: <https://tinyurl.com/377w6dvh>).



gestão territorial de áreas protegidas (TIs e UCs) e na formação de professores indígenas. Ambas as fases de reuniões duraram de dois a três dias, com cerca de 60 participantes em cada cidade, nas sedes municipais de Coari, Carauari e Tefê, próximas das atividades de exploração existentes e onde se imagina a expansão da atividade, tendo em vista a redução de custos pela indústria ao utilizar a infraestrutura existente, sobretudo o poliduto de escoamento de petróleo e gás natural.

Sobre a realização dessas reuniões, cabe destacar a complexidade logística em função das longas distâncias na região e do prazo para elaboração do estudo. A vantagem da proposta metodológica de reuniões adotada foi poder reunir lideranças indígenas e ribeirinhos, moradores de TIs, UCs e aqueles ainda sem terras tradicionais reconhecidas pelo Estado, permitindo uma troca de experiências e de conhecimento entre os participantes capaz de mostrar a diversidade social no território e os problemas comuns. Essa metodologia, ao não entrar em todas as terras indígenas e territórios tradicionais, não analisa exaustivamente todos os elementos significativos para compreensão dos usos e significados atribuídos aos territórios. Entretanto, para os objetivos do estudo de abordagem estratégica e escala regional, foi considerado apropriado e suficiente.

As reuniões de gestão do conhecimento e mapeamento participante foram conduzidas de forma a caracterizar a territorialidade, os conflitos e a cultura das comunidades tradicionais e dos povos indígenas. A dinâmica consistia primeiro em apresentações dos participantes e formulação dos acordos de convívio e, em seguida, divisão dos participantes em grupos por comunidade (ou proximidade territorial). Os grupos responderam coletivamente a um conjunto de questões sobre o território habitado, os recursos disponíveis para a comunidade, os conflitos vivenciados, locais sagrados, e outros elementos de relevância coletiva, sendo a metodologia dos cartogramas e

mapeamento participantes por meio de imagens e mapas (Faria 2018). Essas informações foram cartografadas em mapas com a hidrografia da região, em formato A0, embora alguns participantes tenham feito apenas croquis em formato A4, quando não foi possível imprimir mapas com a escala necessária. Na parte final, cada grupo teve o seu momento de apresentar-se por meio do mapa formulado, gerando comentários e trocas com o restante dos participantes.

Devido à extensão do território, para regiões muito distantes da área de possíveis novas atividades de E&P, foi possível obter junto ao Conselho Indigenista Missionário (CIMI) mapas produzidos por eles em oficinas com comunidades indígenas em anos anteriores à AAAS Solimões. O complemento dos dados primários com dados secundários produzidos por essa ONG permitiu um aprofundamento do conhecimento sobre as terras tradicionalmente ocupadas na região. Também foram colocadas, durante as reuniões, questões acerca das práticas culturais em diferentes domínios da vida social, como cuidados de saúde, cultivo e caça de alimentos, receitas culinárias, línguas, rituais e religiosidade praticados, entre outras. O processo concluiu-se com a apresentação das respostas para todos os presentes. Era possível tanto ver o que havia em comum entre as diversas comunidades, como a especificidade de cada uma e a valorização desses elementos culturais, transformando-os em elementos identitários (Barth 2003).

Formularam-se três objetivos para a segunda fase de reuniões informativas: validar os cartogramas produzidos nas reuniões de mapeamento participante, esclarecer sobre os direitos indígenas e das comunidades tradicionais (inclusive em relação à Convenção da OIT n. 169) e discutir sobre o processo de licenciamento ambiental. Os mapas elaborados pelas comunidades na etapa anterior foram expostos nas paredes e os PICTs percorreram os mapas identificando, validando e, eventualmente,

corrigindo informações. Nesta etapa, as comunidades se mostraram mais interativas e questionadoras e solicitaram esclarecimentos sobre i) se a classificação em uma dada área como apta ou não apta poderia ser alterada, ii) como se daria a participação da sociedade civil, iii) como é a atuação das empresas de petróleo, uma vez que visualizavam a circulação de trabalhadores uniformizados, barcos e helicópteros, iv) onde poderiam obter informações sobre licitações e estudos, v) o que aconteceria com as comunidades que vivem fora de territórios tradicionais oficializados (UC ou TI), e, vi) o acesso à energia elétrica por parte das comunidades.

Ponderaram-se questões sobre a deficiência de políticas públicas, segurança pública, a insegurança em relação às atividades petrolíferas e problemas sociais gerais. Constatou-se nessas reuniões que nas localidades de Carauari e Tefé há maior organização social e atuação de entidades indigenistas. Ainda assim, era grande o desconhecimento sobre os direitos indígenas e das comunidades tradicionais, mormente os relativos à saúde, à educação e à Consulta prévia, livre e informada da Convenção 169 da OIT. O debate sobre direitos indígenas e das comunidades tradicionais ocupou a maior parte do tempo. Nessa etapa, pediram à EPE (por meio de cartas) a viabilização da participação dos povos indígenas e comunidades tradicionais nas reuniões de consulta pública presencial. O pleito foi atendido, e a EPE viabilizou o deslocamento e a estadia dos PICTs para sua participação nas reuniões de consulta pública. O atendimento dessa demanda facilitou que os povos indígenas e comunidades tradicionais fossem o segmento com maior número de participantes nas referidas consultas. Com a inclusão dessas duas fases de reuniões, o EAAS Solimões contou com seis fases de participação pública, conforme demonstrado na figura a seguir.

FLUXOGRAMA 1 – PROCESSO PARTICIPATIVO DO EAAS SOLIMÕES, EM SEIS FASES



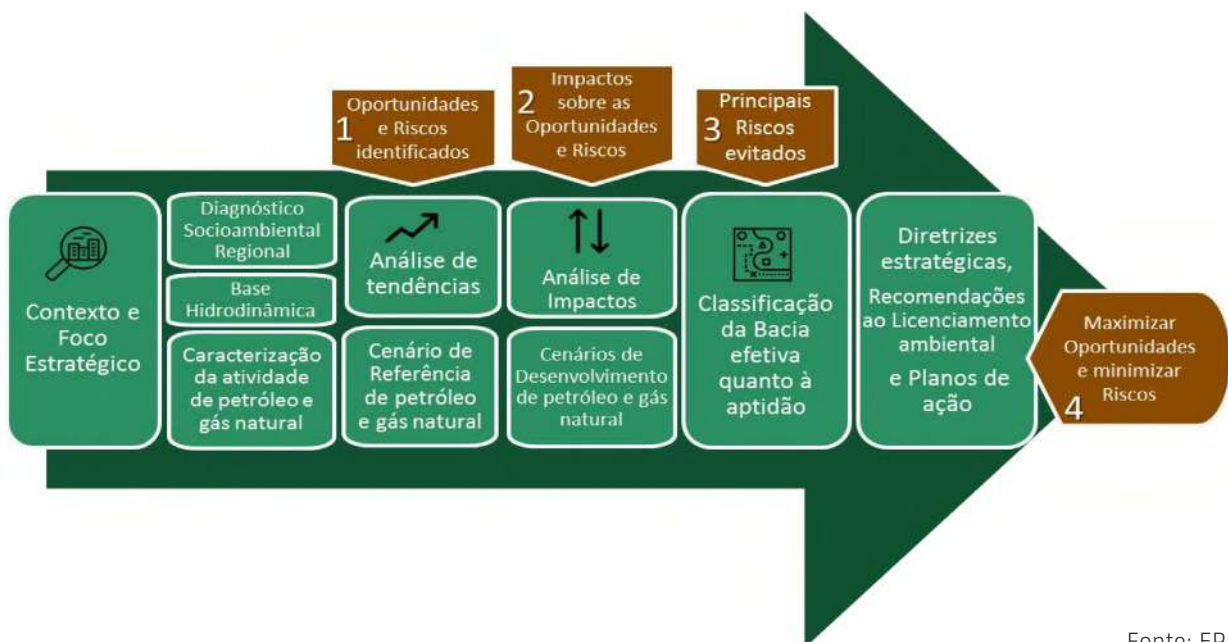
Fonte: EPE 2020

3.2 A CONTRIBUIÇÃO DAS SEIS FASES DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA PARA O ESTUDO

O EAAS Solimões foi desenvolvido em etapas encadeadas com o objetivo de classificar a bacia quanto à aptidão às atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural, além de apresentar diretrizes estratégicas e recomendações ao Licenciamento Ambiental, tudo isso norteado pela

maximização de oportunidades e minimização de riscos (Figura 2).

FLUXOGRAMA 2 – ENCADEAMENTO DAS ETAPAS DO EAAS SOLIMÕES, VISANDO A MAXIMIZAÇÃO DE OPORTUNIDADES E A MINIMIZAÇÃO DE RISCOS ASSOCIADOS ÀS ATIVIDADES PETROLÍFERAS.



Fonte: EPE 2020

Na fase de diagnóstico, a primeira interação foi por meio de entrevistas com representantes de diferentes setores, tais como, secretarias de meio ambiente, colônias de pescadores, comunidades locais, pesquisadores de universidades, entre outros. No período de entrevistas, houve reuniões com os representantes das organizações sociais para esclarecer o estudo e organizar futuras reuniões e oficinas, incluindo esses sujeitos sociais no processo. Parte dos entrevistados foram indicados para a oficina I, em Brasília, com dois dias de duração, cujo objetivo foi consolidar os temas-chaves que refletiam as principais questões da região relacionadas ao meio ambiente, à sociodiversidade e à sustentabilidade sobre os quais o EAAS deveria focar (EPE 2020: Anexo II). Estes temas estruturaram a compreensão dos "principais atores, populações tradicionais e grupos de interesse localizados na área de estudo que possam interagir com a atividade." (EPE 2017: 26). Para esse objetivo também contribuíram as reuniões de gestão do conhecimento e mapeamento participante com o objetivo de levantar informações sobre áreas de uso tradicional dos indígenas, tais como pesca, extrativismo, agricultura e outros de importância cultural, além de conflitos territoriais.

Com o diagnóstico elaborado e a partir do desenho de cenários alternativos de desenvolvimento da atividade, com maior ou menor produção e com ou sem a previsão de exploração de recursos não convencionais, estabeleceu-se a oficina II, com vistas a debater as alternativas espaciais, temporais e tecnológicas

para exploração dos recursos petrolíferos, tendo em vista seus potenciais impactos.

Numa fase imediatamente anterior à consulta pública, foram realizadas as reuniões informativas com povos indígenas e comunidades tradicionais para discutir questões sobre potencial energético e direitos dos povos indígenas. Por fim, ao final de todo o processo, inclusive com o mapeamento da classificação de aptidão³, foram realizadas as consultas públicas presenciais em Carauari, Tefé, Coari e Manaus. Além disso, o resultado preliminar do EAAS ficou disponível para consulta pública na Internet por 120 dias.

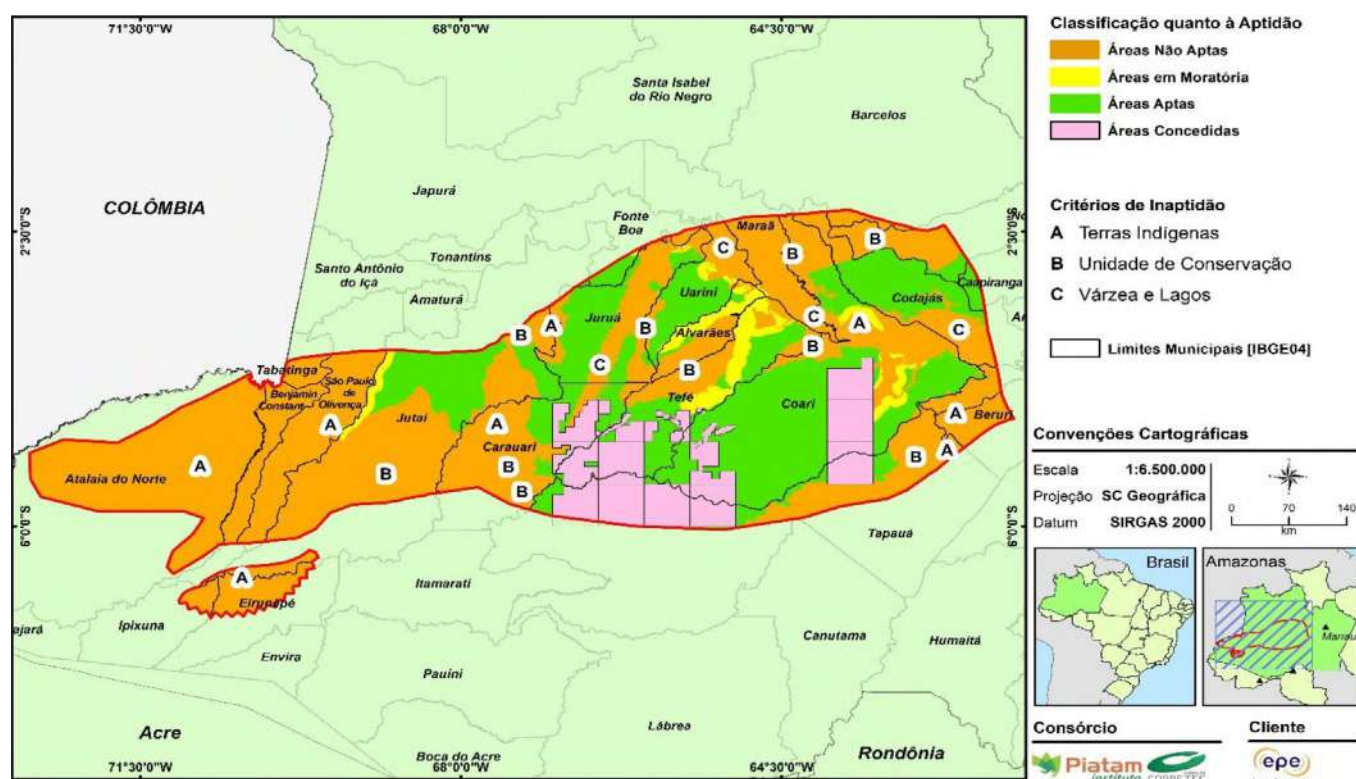
A classificação de inaptidão considerou, além das unidades territoriais onde a exploração de recursos minerais é vedada expressamente em mecanismos legais ou com pendências de regulamentação (Unidades de Conservação de Proteção Integral, Reservas Extrativistas e Terras Indígenas Regularizadas), os indicadores que representaram os principais riscos: Terra tradicionalmente ocupadas por povos indígenas; Povos Indígenas isolados; Unidades de Conservação de Uso Sustentável; e, Rios, Lagos e Várzeas. Já áreas em moratória representam demandas por proteção de território, indicando áreas de conflitos existentes ou potenciais e compreendem o entorno imediato das Terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas e a única APCB com ação prioritária para criação de unidade de conservação de uso sustentável.

³ **Áreas aptas:** áreas (...) compatíveis com atividades e empreendimentos de exploração e produção de petróleo e gás natural, mediante a utilização das melhores práticas da indústria;

Áreas não aptas: áreas onde são encontrados ativos ambientais altamente relevantes (...) cuja necessidade de conservação seja incompatível com os impactos e riscos associados à exploração petrolífera;

Áreas em moratória: áreas onde (...) foram identificadas importantes lacunas de conhecimento científico ou relevantes conflitos de uso do espaço e dos recursos socioambientais, dependendo de aprofundamento de estudos e desenvolvimento tecnológico de alternativas ambientalmente mais adequadas, para decisão quanto à aptidão para exploração petrolífera (Portaria Interministerial 198/2012).

MAPA 1 – CLASSIFICAÇÃO DE APTIDÃO DA BACIA EFETIVA DO SOLIMÕES (ÁREA COM MAIOR POTENCIAL PETROLÍFERO DENTRO DA BACIA SEDIMENTAR)



Fonte: EPE 2020

4. Considerações Finais

A realização de duas fases adicionais de reuniões com sujeitos locais para levantamento de dados primários, em etapas iniciais do planejamento e em áreas de estudo de grande extensão, se mostrou uma oportunidade de melhoria em relação à metodologia original. Inclusive, pode servir como referência para incorporar estas metodologias em estudos de outras infraestruturas em etapa similar. Um resultado fundamental da participação dos PICTs ao longo do EAAS foi a definição de critérios de áreas inaptas de (i) as "terras indígenas sem providência", i.e., aquelas ocupadas e reivindicadas pelos povos indígenas, mas que ainda não tinham os limites definidos a

partir de relatório de identificação e delimitação publicado pela Funai e (ii) as comunidades tradicionais residentes fora das áreas protegidas. Tais áreas só puderam ser levantadas com a participação dos PICTs.

As fases previstas e adicionais de participação social demonstraram como dados primários coletados no início do planejamento podem fornecer subsídios estratégicos para a tomada de decisão. Na bacia efetiva do EAAS Solimões, oficialmente havia 35 TIs. Com a metodologia adotada, principalmente com as fases adicionais, o Estudo encontrou outras 59 terras tradicionalmente ocupadas por indígenas. Na área de influência estratégica, oficialmente se registravam 64 TIs, mas o EAAS levantou ao menos outras 100 terras tradicionalmente ocupadas. Ademais, comunidades tradicionais fora das UCs

foram localizadas principalmente nas margens dos grandes rios, por isso estão abarcadas dentro do critério "Rios, Lagos e Várzeas".

Além disso, ao debater os direitos dos povos indígenas e das comunidades tradicionais, fornecendo elementos para o questionamento da pesquisa proposta, promove-se o empoderamento dos sujeitos sociais. Embora crie tensões e amplie a necessidade de diálogo com outros atores, como o Ministério Público, cria confiança nas informações prestadas e uma imagem de boa-fé da instituição proponente, incluindo múltiplas perspectivas e gerando um resultado mais profundamente conhecido e debatido por todos. Um exemplo desse efeito foi a demanda de organizações dos PICTs, das ONGs de apoio e do MPF pela realização de uma Consulta livre, prévia e informada. Diante dessa demanda, a mensagem do CTA comunicada foi de que o EAAS é um instrumento de planejamento e seu resultado não impõe ou concretiza a realização de atividades petrolíferas e que, portanto, o EAAS não se aplica ao Art. 6º da Convenção 169 da OIT, que se refere à Consulta livre, prévia e informada. Os elementos-chaves dessa participação foram i) a relação de confiança construída ao longo do processo de realização do Estudo entre os consultores com perfil universitário e com histórico de atuação junto a comunidades na Amazônia e o público-alvo, ii) o interesse para a realização do Estudo por parte de setores universitários, capazes de mobilizar uma rede de atores locais devido à experiência de parte dos consultores com atividades de pesquisa e ensino junto a povos indígenas e comunidades tradicionais, iii) o entendimento da EPE (contratante) e do CTA de que a ampliação da participação e o aceite da demanda das comunidades para participarem nas consultas públicas presenciais seria melhor para o andamento dos estudos, em consonância com a metodologia e viável em termos de ampliação dos custos necessários. Tais aspectos e adaptações metodológicas ao longo do EAAS possibilitaram o encontro de grupos sociais (ONGs

e movimentos sociais, pesquisadores e docentes universitários, magistério dos povos indígenas e das comunidades tradicionais) acionados para fins de planejamento gerando laços de confiança fundamentais para promover o uso social dos espaços de participação popular por parte das comunidades tradicionais e dos povos indígenas. Nesse estudo especificamente, o fato de os pesquisadores possuírem prática e compromisso em promover a participação dos movimentos sociais e da EPE e o CTA terem concordado com as alterações propostas contribuiu para ampliar o diálogo, o acesso à informação e o empoderamento das comunidades.

A participação pública desde a etapa de formulação dos TRs permite um conhecimento do território capaz de agregar valor aos estudos, indo além dos dados secundários. Dessa forma, ampliar a participação social e adaptar metodologias ao longo do processo pode ser fundamental para alcançar melhores resultados para todos.

5. Agradecimentos

Aos membros do CTA que participaram das discussões do EAAS Solimões, mas não são autores deste artigo: Bruno Teixeira, Alexandre Maciel Kosmalski Costa, Antônio Henrique Godoy Ramos, Guilherme Augusto dos Santos Carvalho, Luciene Ferreira Pedrosa, Robson José Calixto e Silvio Jablonski.

Aos povos indígenas e comunidades tradicionais que participaram das reuniões, oficinas e consulta pública.

SESSÃO 1

PARTICIPAÇÃO DE POVOS INDÍGENAS
E COMUNIDADES TRADICIONAIS
NO ESTUDO AMBIENTAL DE ÁREA
SEDIMENTAR DA BACIA TERRESTRE
DO SOLIMÕES

ENTREVISTA COM O AUTOR:

VINICIUS MESQUITA ROSENTHAL

Doutor em Etnologia e Antropologia Social pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS). É Analista de Pesquisa Energética há 12 anos na Empresa de Pesquisa Energética (EPE), com foco em licenciamento ambiental, planejamento energético e justiça energética. Autor de artigos científicos, colaborador em diversos estudos e notas técnicas da EPE. Participou do Estudo Ambiental de Área Sedimentar (EAAS) da Bacia Sedimentar do Solimões.

1) O artigo menciona o envolvimento das comunidades no EAAS do Solimões. Quais estratégias foram adotadas para garantir a participação efetiva dessas populações no processo?

Para garantir a participação efetiva das comunidades no EAAS do Solimões, implementamos uma estratégia de engajamento que priorizou a busca por diálogo, o respeito aos conhecimentos tradicionais e a construção participativa de conhecimento. A metodologia incluiu seis etapas. A primeira consistiu em Entrevistas realizadas para introduzir o estudo, identificar lideranças e adaptar as próximas etapas às necessidades locais. A segunda etapa foi a Oficina I, na qual lideranças selecionadas definiram os temas prioritários para o EAAS, assegurando que o estudo refletisse o conhecimento tradicional e as preocupações das comunidades. Na terceira foram as Reuniões de Gestão do Conhecimento e Mapeamento Participante na qual foram mapeados os territórios, conflitos e culturas das comunidades tradicionais e dos povos indígenas. A quarta etapa foi a Oficina II, na qual discutimos alternativas espaciais, temporais e tecnológicas para a exploração de recursos petrolíferos, considerando os impactos potenciais. Na penúltima etapa foram as Reuniões Informativas, na qual validamos mapas, esclarecemos direitos indígenas e apresentamos o licenciamento ambiental, além de preparar as comunidades para a consulta pública. E, por fim, a Consulta Pública, na qual realizamos consultas presenciais e online, financiando a participação de lideranças para garantir a representatividade. As etapas de Entrevistas, Oficinas I e II e Consulta Pública foram realizadas também com representantes de outros grupos de partes interessadas (Administração Pública, Empresas, Academia e ONGs e Sociedade Civil), enquanto as Reuniões de Gestão do Conhecimento e Mapeamento Participante e Informativas foram

exclusivas para Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais.

Essa abordagem permitiu que os conhecimentos dos povos indígenas e comunidades tradicionais da área de estudo fossem transformados em dados primários valiosos, fornecendo as informações ao longo do processo e compreendendo as expectativas das comunidades para assim construir um EAAS mais representativo da região e suas comunidades.

2) Durante o estudo, quais foram os principais desafios encontrados para acessar e mapear as informações sobre territórios indígenas e tradicionais?

Enfrentamos desafios logísticos significativos devido à vastidão da região e aos prazos do estudo, o que exigiu priorizar comunidades próximas às áreas de potencial exploração. Outro desafio foi que, entre as centenas de comunidades existentes na área de estudo, há uma enorme diversidade cultural e linguística, com diferentes padrões de interação com a sociedade não indígena.

Para superar esses obstáculos, adotamos as Reuniões de Gestão do Conhecimento e Mapeamento Participante em três sedes municipais, que, com o apoio de ONGs e especialistas locais, permitiram mapear territórios e coletar informações cruciais. Além disso, para comunidades mais distantes das áreas com maior potencial de exploração e sem territórios reconhecidos pelo Estado, foram obtidas informações junto a ONGs. Em todo o processo, a presença de indígenas bilingues que ajudavam aqueles com maior dificuldade de entendimento na língua portuguesa e a colaboração de órgãos como Funai e ICMBio foram essenciais para o diálogo e a compreensão mútua.

3) Como a interação com as lideranças comunitárias e movimentos sociais contribuiu para a construção dos resultados do estudo?



A interação com as lideranças e movimentos sociais foi fundamental para a qualidade do EAAS. Essa interação permitiu a coleta de dados primários sobre territórios, recursos das comunidades e conflitos, enriquecendo o estudo com informações locais não disponíveis em fontes secundárias. Também foi importante para aumentar a transparência e o acesso à informação, fortalecendo a confiança das comunidades no processo.

Os dados coletados foram fundamentais para subsidiar a seleção de áreas para E&P e a definição de diretrizes estratégicas, minimizando conflitos futuros. Ao aumentar o engajamento das comunidades, a interação melhorou a qualidade das informações prestadas por elas e, viabilizou, para as comunidades, um acesso melhor à informação e transparência sobre o estudo e o planejamento energético na região.

4) Os dados levantados no estudo já foram utilizados ou podem ser usados para influenciar políticas públicas ou decisões futuras sobre exploração na região?



O EAAS do Solimões tem o objetivo de subsidiar a Avaliação Ambiental de Área Sedimentar (AAAS), que definirá as áreas aptas para E&P de petróleo e gás natural

Os dados coletados foram cruciais para a classificação das áreas, além de embasar diretrizes estratégicas para o licenciamento ambiental. A partir da finalização do processo de AAAS, a ANP passará a ofertar áreas para E&P somente nas áreas aptas.

Embora o uso do EAAS em outras políticas públicas seja possível, não temos conhecimento de sua aplicação além do contexto da AAAS. De toda forma, o estudo representa um valioso ba co de

dados sobre a região, com potencial para influenciar futuras decisões.

5) Com base nos aprendizados desse projeto, quais recomendações você daria para futuros estudos que envolvem povos indígenas e comunidades tradicionais em avaliações ambientais?

A experiência do EAAS do Solimões reforça a importância do engajamento e da participação desde a elaboração dos Termos de Referência, que foi colocado em Consulta Pública antes da licitação para contratação da consultoria que elaboraria o EAAS. Assim recomendamos a adoção de metodologias participativas que valorizem o conhecimento tradicional e garantam o diálogo intercultural. Isto envolve investir em comunicação clara e acessível, adaptada às diferentes linguagens e padrões de interação das comunidades. Além disso, é necessário ter flexibilidade na metodologia, adaptando-a às necessidades e dinâmicas locais. Assim, a mensagem-chave é que vale o investimento em tempo e recursos na etapa inicial de diálogo, pois é um investimento estratégico.



Acreditamos que a transparência, o diálogo e a participação são fundamentais para o sucesso de estudos que envolvem povos indígenas e comunidades tradicionais. Ficou claro o quanto a ampliação da busca por diálogo resultou em melhores resultados.

Inclusive atores externos validaram o processo. Cabe mencionar que não houve, até o momento, nenhuma Ação Civil Pública relacionada ao EAAS, pois em reunião com o MPF foram apresentadas as premissas metodológicas do estudo, que seguiram os parâmetros da Convenção nº169 (em especial, o art. 7º).

SESSÃO 2

CAJUHIRI ATRAVESSADO INDIGENOUS TERRITORY: SOCIAL TECHNOLOGIES FOR CONFLICT MEDIATION AND COLLABORATIVE CONSTRUCTION FOR TERRITORIAL DEVELOPMENT

TECNOLOGIAS SOCIAIS PARA MEDIAÇÃO
DE CONFLITOS E CONSTRUÇÃO COLABORATIVA
PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Karen Aragão¹ | Luís Araújo² | Mônica Pereira³ | Carla Vidal⁴ | Odalea Costa⁵

1. Transpetro. Rio de Janeiro, RJ, Brasil, karenjoyce@transpetro.com

2. Transpetro. Manaus, AM, Brasil, luisferaraujo@transpetro.com

3. Transpetro. Rio de Janeiro, RJ, Brasil, monikoliver2@gmail.com

4. PLM Consultoria. Rio de Janeiro, RJ, Brasil, carlamedeiros.prestserv@transpetro.com.br.

5. Transpetro. Rio de Janeiro, RJ, Brasil, odalea.costa@transpetro.com.br.



| Resumo

A Terra Indígena Cajuhiri Atravessado está localizada no município de Coari, região do médio rio Solimões, Estado do Amazonas. Em 2008 foi publicada a declaração de posse permanente da Terra Indígena Cajuhiri-Atravessado aos grupos indígenas. A faixa de dutos Urucu-Coari cruza aproximadamente 8,5 km de extensão o Território Indígena Cajuhiri Atravessado. Atualmente a operação do empreendimento é realizada pela subsidiária integral Petrobras Transporte S.A. TRANSPETRO. O trabalho proposto contempla a descrição dos programas de mitigação e compensação ambiental dos impactos apontados pelo Estudo de Componente Indígena (ECI), bem como os orientados através das notas técnicas emitidas pela FUNAI no decorrer deste processo.

Norteadas pelas iniciativas apontadas no ECI, a construção dos programas foi estruturada através da conjugação do método da escuta ativa e do desenvolvimento metodológico de construção colaborativa, através de tecnologias sociais como o Dragon Dreaming, Comunicação não-violenta e a Terapia Comunitária. Este percurso garante que os dados apresentados sejam a tradução legítima das demandas comunitárias.

Keywords: relacionamento comunitário; tecnologias sociais; construção colaborativa; mediação de conflitos; escuta sensível.

Os artigos e entrevistas publicados nesta revista representam exclusivamente as opiniões e perspectivas de seus respectivos autores e entrevistados. O idioma utilizado e seu conteúdo correspondem ao formato integral submetido e avaliado pelo Comitê Avaliador do Congresso da ROG.e. Assim como as ideias, posicionamentos e informações contidas nos textos não refletem, necessariamente, as opiniões, crenças, diretrizes ou posicionamentos institucionais do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP). O IBP não se responsabiliza pela exatidão, integridade ou validade dos conteúdos publicados, sendo de inteira responsabilidade dos autores quaisquer implicações decorrentes das informações apresentadas.

DOI: <https://doi.org/10.48072/2525-7579.roge.2024.3249>



| Abstract

The Cajuhiri Atravessado Indigenous Territory is located in the municipality of Coari, a region of the middle Solimões River, in the State of Amazonas. In 2008, the declaration of permanent ownership of the Cajuhiri Atravessado Indigenous Territory to the indigenous people was published. The Urucu-Coari pipeline strip crosses the Cajuhiri Atravessado Indigenous Territory approximately 8.5 km long. Currently, the operation of the project is carried out by the wholly-owned subsidiary Petrobras Transporte S.A. TRANSPETRO. This proposed work includes the description of environmental mitigation and compensation programs for the impacts identified by the Indigenous Component Study (ECI), as well as those ones guided through the technical notes issued by FUNAI during this whole process. This proposal was guided by the initiatives highlighted in the ECI, the construction of the programs was structured through the combination of the active listening method and the methodological development of collaborative construction, through social technologies such as Dragon Dreaming, Non-violent Communication and Community Therapy. This route guarantees that the presented data is the legitimate translation of community

demands. The programs developed have as macro structuring objectives the settlement of indigenous people in their territory, through initiatives that enable the rescue of relatives, the income generation, and the guarantee of Human Rights to this population. Therefore, all participants from the three villages that compose the Cajuhiri Atravessado Indigenous Territory are part of the executing team, through the facilitation and data organization by Transpetro. The following compensation and mitigation programs were jointly established: Program to strengthen and establish associations and community organizations; Program to rescue relatives and improve quality of life; Program to strengthen the production and marketing of nuts and açai; Program to improve and strengthen the agricultural Cajuhiri Atravessado Territory, reflecting the struggle of this population for their rights. The intention is, therefore, to build a permanent relationship between the company and traditional people, that will result in positive impacts for this population.

Keywords: Social Responsibility; Community Relationship; Social Technologies; Listening; Conflict Mediation; Collaborative Construction.

Os artigos e entrevistas publicados nesta revista representam exclusivamente as opiniões e perspectivas de seus respectivos autores e entrevistados. O idioma utilizado e seu conteúdo correspondem ao formato integral submetido e avaliado pelo Comitê Avaliador do Congresso da ROG.e. Assim como as ideias, posicionamentos e informações contidas nos textos não refletem, necessariamente, as opiniões, crenças, diretrizes ou posicionamentos institucionais do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP). O IBP não se responsabiliza pela exatidão, integridade ou validade dos conteúdos publicados, sendo de inteira responsabilidade dos autores quaisquer implicações decorrentes das informações apresentadas.

DOI: <https://doi.org/10.48072/2525-7579.roke.2024.3249>



1. Introduction

The Cajuhiri Atravessado Indigenous Territory (TI) is located in the municipality of Coari, region of the middle Solimões river, State of Amazonas, with an area of 12,500 (twelve thousand and five hundred) hectares. On August 18, 2008, No. 168, Section 1 of Ministry of Justice Ordinance No. 1487 published in the Federal Official Gazette the declaration of permanent possession of the Cajuhiri-Atravessado Indigenous Land, to indigenous groups, and ratified in 12,456hc by Decree of 12/17/2015 by the said body.

The Cajuhiri Atravessado Indigenous Territory (Coari, Amazonas) currently comprises the Cajuhiri Atravessado I, Cajuhiri Atravessado II and Tupã da Fazenda villages, comprising a total population of 179 people, 106 from villages and 73 from non-villages.

The Urucu-Coari pipeline range crosses the Cajuhiri Atravessado Indigenous Territory for approximately 8.5 km. Currently, the venture is operated by the wholly-owned subsidiary Petrobras Transporte S.A. TRANSPETRO and transports the following petroleum products: liquefied petroleum gas and crude oil from the Archaeologist Pedro de Moura Operations Base to the Coari Waterway Terminal, in the municipality of Coari/AM. The Urucu-Coari Pipeline Strip is located in the central portion of Amazonas, in the municipality of Coari, starting at the Arara Pole in the oil province of Urucu and ending at the Coari Waterway Terminal, with an approximate length of 280 km. Three (3) pipelines are inserted in the strip, namely:

the ORSOL I pipeline (implemented in 1997 and transporting oil), the GARSOL pipeline (implemented in 1999 transporting natural gas) and the ORSOL II pipeline (implemented in 2009 and transporting LPG). In terms of geoeconomic importance, this range of pipelines is relevant since the Oil and LPG transported by the ORSOL I and ORSOL II pipelines supply the production and consumption chains in the states of Amazonas, Rondônia, Maranhão, Ceará and Pernambuco and the natural gas transported in the GARSOL pipeline is fuel for the production of thermoelectric energy in the cities of Coari, Codajás, Anori, Anamã, Caapiranga and Manaus, in addition to being used for domestic, industrial and automotive consumption in the city of Manaus. In order to comply with the conditions of the Operating Licenses of ORSOL I - LO 232/98-15 and ORSOL II - LO 648/08-06, under the licensing responsibility of the Environmental Protection Institute of the State of Amazonas (IPAAM), an Indigenous Component Study – ECI (2015) was developed with the general objective of presenting the social, economic and cultural impacts of the project on the sociocultural relations of the peoples that inhabit the Cajuhiri Atravessado Indigenous Territory.

2. Development

2.1 HISTORY AND CONTEXTUALIZATION

We met on April 8, 2022 in the Cajuhiri Atravessado indigenous territory. This meeting was attended by representatives of Funai Brasília, Funai Regional Manaus, the city of

Coari, through the municipal secretary of Rural Production, Environment and Tourism, the Union of Indigenous Peoples of Coari, Amazonas - UICAM, the management of Indigenous School Education, by Future Digital (internet installation) and by Transpetro.

The purpose of this meeting was to establish the priorities for carrying out the programs identified in the Study of the Indigenous Component of the Urucu-Coari pipeline, namely: improvement and strengthening of the productive chain of agricultural products; qualifying the market for exploiting Amazon nuts; actions to strengthen community organization; institutional strengthening of the association of the Cajuhiri Atravessado indigenous land, so that the environmental compensation actions established in the study could be initiated. And so, we could return to the territory with the maintenance and inspection activities of the pipelines, and pipeline range, blocked by the indigenous people for three years.

We started with the speeches of the institutions and indigenous leaders and then we put the priority of the programs to a vote, as demonstrated on pictures 1 and 2. As priority actions were voted: actions to strengthen community organization and institutional strengthening of the Cajuhiri Atravessado Indigenous Land

Association. We proceed with the following steps:

- Elaboration of a work plan with the Tupã da Fazenda village on Lake Coari
- Elaboration of a work plan with the Miranha Cacica Nerita village
- Elaboration of a work plan with AICA, Cajuhiri Atravessado Indigenous Association
- Elaboration of the plan to strengthen the community and institutional organization (integrated) of the Cajuhiri Atravessado Indigenous Territory, to be later incorporated into the PBA



PICTURES 1 AND 2 – MEETING AT CAJUHIRI ATRAVESSADO INDIGENOUS TERRITORY.



Source: produced by the author, April 8th, 2022.

2.2. DEVELOPMENT

For the development of this work, we followed this methodological path:

Step 1:

Elaboration of the identity "base mesh" - kinship relations, migrations, occupations, and family groupings, associated with location in the territorial space.

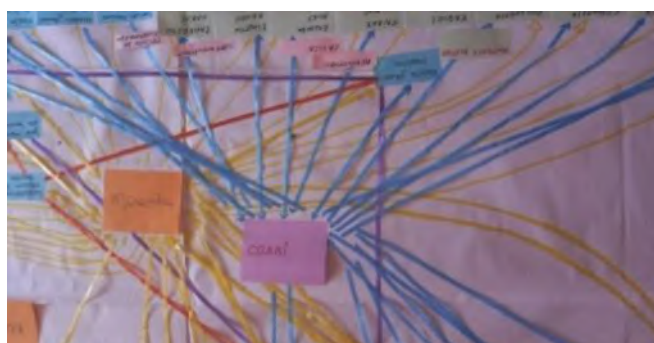
Methodological Trail:

- Family trees, construction demonstrated on picture 3
- Crafted Map (assembled from trees and complementary narratives), as demonstrated on pictures 4 and 5
- Reproduction of the map in Atlas TI software, integration of all associations between narrators (support for qualitative data analysis).

PICTURES 3 – CONSTRUCTION OF THE TUPÃ DA FAZENDA VILLAGE FAMILY TREES.



PICTURES 4 AND 5 – HANDMADE MAP - IDENTITY MESH



Source: produced by the author., April 13, 2022.

Step 2:

Collaborative Construction of Strengthening Community Organization and Associativism programs

Methodological Trail:

- Survey of demands;
- Application of the Social Technology "Dragon

Dreaming" for the construction of collaborative projects;

- Use of Community Therapy and Non-Violent Communication resources (Social Technologies), to support Dragon Dreaming.

Pictures from 6 to 11 demonstrate the collaborative construction of Strengthening Community Organization and Associativism programs at Cajuhiri Atravessado I, Cajuhiri Atravessado II and Tupã da Fazenda villages.

PICTURES 6 – COLLABORATIVE CONSTRUCTION AT CAJUHIRI I.



PICTURES 7 – COLLABORATIVE CONSTRUCTION AT CAJUHIRI II.



PICTURES 8 – COLLABORATIVE CONSTRUCTION AT TUPÃ DA FAZENDA



produced by the author

Step 3:

Comparative analysis of the demands of the ongoing process and community demands

Methodological Trail:

- Relationship between ECI indicators, FUNAI requests in relation to studies, impacts and their mitigation and compensation and results of collaborative field construction;

- Presentation and internal alignment (discontinuation of contracting supplementary study)

- FUNAI presentation and alignment

- Complementation of the programs indicated in the ECI and other FUNAI demands.

PICTURES 9 – COLLABORATIVE CONSTRUCTION – PBA CAJUHIRI I, COMPLEMENTATION



PICTURES 10 – COLLABORATIVE CONSTRUCTION – PBA CAJUHIRI II, COMPLEMENTATION



PICTURES 11 – COLLABORATIVE CONSTRUCTION – PBA TUPÃ DA FAZENDA



produced by the author

3. Methodology

3.1. SENSITIVE LISTENING

Listening is an exercise, that is, it is the composition of forces between the already known, the unknown, my crowds and I, the other and his crowds. Listening does not happen only through the ears, but through all our senses. That's why it's a hard work, it requires connection with the other, not to mention a mutual connection.

Sensitive listening is based on empathy. The researcher must know how to feel the affective, imaginary and cognitive universe of the other in order to be able to understand from within their attitudes, behaviors and systems of ideas, values, symbols and myths

(Barbier 2002, p. 1).

From the elements that Barbier presents, we chose the ones described below:

"Sensitive listening is not a social label - Before placing a person in "their place", one begins by recognizing them in "their being", within the quality of a complex person endowed with freedom and a creative imagination".

(Barbier 2002, p. 3).

Sensitive listening is based on the complex totality of the person: the five senses - someone is only a person through the existence of a body, an imagination, a reason and an affectivity, all in permanent interaction. Hearing, touch, taste, sight and smell apply to sensitive listening.

(Barbier 2002, p. 4).

Attentive and sensitive listening requires the listener to be available to offer starting keys, or even integration between parts of the narrative.

3.2 FAMILY TREES

Family trees are designed as propelling elements of multiple representations, as stated by author Roso (2010). When we draw up a family tree we are narrating life stories at the same time that we are representing the social. As a representation, it involves not only a concrete action (consultation of historical documents, compilation of testimonies, analysis of photographs, etc.) but also the element of creativity. We imagine the past that connects us, the faces, the daily life once lived, we individually and collectively represent knowledge that resumes the past (ROSO, 2010, p. 388). As a trigger and at the same time a producer of memory objects, the family tree played an important role in this work.

3.3 GENERATING QUESTIONS

Paulo Freire's (2018) generating questions continued as alternatives and strategies to be used in dialogue while listening to free narratives, as a trigger for the problematization of the local reality.

3.4 GENERATING QUESTIONS

Dragon Dreaming is a social collaborative project building technology applied to groups, projects and organizations that activates the realization of dreams that support life in our communities. Dragon Dreaming has highly inclusive language, exercises and practices, and can be used by traditional populations, communities and others who have not had access to formal training in project management.

3.5 INTEGRATIVE COMMUNITY THERAPY

Based on the principles of community strength; the strength of participation; in the evaluation; and in the culture of the excluded that contemplates "guilt" as salvation; the internalization of misery;

the violence; gossip, solidarity; unpredictability and resilience as aspects of understanding the context, and proposes social transformation based on multiple complex systems themselves: communities, families, groups, individuals, etc. (Barreto, 2008).

4. Results

Mitigation and Compensation Programs.

4.1 STRENGTHENING AND CONSTITUTION OF ASSOCIATIONS AND COMMUNITY ORGANIZATION

4.1.1 GENERAL PURPOSE

Developing entrepreneurship in the primary sector of Cajuhiri Atravessado I, Cajuhiri Atravessado II and Tupã da Fazenda indigenous communities, through training, technical assistance, regularization and creation of indigenous associations.

4.2 RESCUE OF RELATIVES AND LIFE QUALITY IMPROVEMENT

4.2.1 GENERAL PURPOSE

Rescuing relatives and make it possible for the indigenous population to settle in the territory, through the construction of 40 houses in the Indigenous Territory with all the necessary infrastructure to guarantee the supply of water, electricity and sanitary sewage, and guarantee the accessibility of the indigenous population and the viability of the disposal of the production by providing river transport.

4.3 STRENGTHENING OF THE PRODUCTION AND MARKETING OF THE BRAZIL NUTS AND AÇAÍ

4.2.1 GENERAL PURPOSE

Guaranteeing the strengthening of the production and commercialization of the Brazil nuts and açai in the Indigenous Territory through the promotion of qualification, consulting and supply of inputs, aiming above all at generating income and settling in the territory.

4.4 IMPROVEMENT AND STRENGTHENING OF THE PRODUCTION CHAIN OF AGRICULTURAL PRODUCTS

4.4.1 GENERAL PURPOSE

Ensuring diversified food security in the villages, increasing the production capacity of agricultural products, contributing to income generation in the Cajuhiri Atravessado I, Cajuhiri Atravessado II, and Tupã da Fazenda villages, with a view to improving the quality of life of the Cajuhiri Atravessado indigenous peoples and guaranteeing fixation in the territory.

4.5 COMMUNITY RELATIONS AND SOCIAL COMMUNICATION PROGRAM

4.5.1 GENERAL PURPOSE

Establishing a permanent relationship of trust between the indigenous population

and Transpetro, aiming at a daily and transparent dialogue capable of building bonds and minimizing conflicts.

5. Final Remarks

This work is the composition of a resumption of dialogue with the indigenous community focused on the execution of the necessary compensations for the impacts generated by the implantation and operation of the pipelines. Based on listening, collaboration, integration and involvement between the parties, this document consolidates the commitment signed between Transpetro and the Cajuhiri I, Cajuhiri II and Tupã da Fazenda villages, together with FUNAI in the licensing process. We believe this to be the beginning of a belated but necessary reparation, which will serve as the basis for a social and political change in the Cajuhiri Atravessado Territory, reflecting the struggle of this population for their rights. We hope, therefore, that it will be the link for building a permanent relationship between the company and traditional peoples, and that it will translate into positive impacts for this population.

We are committed to continue to working together with FUNAI in carrying on these actions, aiming at a collaborative construction in order to achieve all the objectives proposed here with the greatest possible success.



SESSÃO 2

CAJUHIRI ATRAVESSADO INDIGENOUS
TERRITORY: SOCIAL TECHNOLOGIES FOR
CONFLICT MEDIATION AND COLLABORATIVE
CONSTRUCTION FOR TERRITORIAL

ENTREVISTA COM O AUTOR:

KAREN JOYCE LYRIO ARAGÃO

Doutora em Psicossociologia de Comunidades e ecologia Social pela UFRJ. Pesquisadora do Centro de Pesquisas da Petrobras, CENPES, na área de Socioeconomia. É Socióloga, mestre em Desenvolvimento de Meio Ambiente pela UFPE. Autora de diversos projetos na área de Relacionamento Comunitário, com 22 anos de atuação em todo o Brasil no Sistema Petrobras, desde 2022 coordena o Componente Indígena do Plano Básico Ambiental do Território Indígena Cajuhiri Atravessado, e atualmente é responsável pela estruturação da pesquisa em Socioeconomia da Petrobras.

1) O que motivou a escolha do Território Indígena Cajuhiri Atravessado como foco deste estudo? Houve desafios específicos ao estabelecer o diálogo entre as comunidades indígenas e a Transpetro?

Este trabalho é uma exigência legal associada ao licenciamento do poliduto Urucu-Coari. Ele é aplicado mediante a um conflito estabelecido pela não inclusão do território no processo de licenciamento no período da implantação do duto, uma vez que na época do empreendimento o território não havia sido ainda homologado, e possuía um dono registrado em cartório.

2) O artigo menciona o uso de tecnologias sociais, como Dragon Dreaming, Comunicação Não-Violenta e Terapia Comunitária. Como essas metodologias foram aplicadas na prática e quais impactos positivos você observou nas comunidades envolvidas?

Sim, esta abordagem multi-metodológica tem como objetivo integrar as potencialidades de cada uma delas de acordo com as demandas que surgem em campo. Em todas elas, a escuta é a principal premissa, a base filosófica do Dragon Dreaming inclui estar a "Serviço da terra", "construir comunidades" e o "crescimento pessoal". Os Dragões representam as nossas dificuldades, os medos e as inseguranças. Se conseguirmos dialogar com esses problemas, aprendermos como incluí-los "dançar com os nossos dragões" conseguiremos empoderar a nós mesmos, isso é um ponto importante, ninguém empodera ninguém, é muito recorrente ouvirmos essas frases "vamos empoderar a comunidade", essa afirmativa é falsa.

Ao compreendermos, temos o entendimento de que o princípio da comunicação violenta é a necessidade não atendida, todas nossas ações vão sendo pautadas sobre esta base, que inclui

também, o não julgamento, a identificação de sentimentos, assumir responsabilidade e fazer pedidos.

A terapia comunitária nos apresenta os princípios da força da comunidade; da força da participação; da avaliação; e da cultura dos excluídos que contempla "a culpa" como salvação; a internalização da miséria; a violência; a fofoca, a solidariedade; a imprevisibilidade e a resiliência como aspectos de compreensão do contexto, e que propõe a transformação social a partir dos próprios sistemas complexos múltiplos: comunidades, famílias, grupos, indivíduos etc. (Barreto, 2008).

O impacto positivo é a apropriação da construção de todo o processo, e desta forma a autonomia e legitimidade.

3) O trabalho descreve programas de mitigação e compensação ambiental desenvolvidos em conjunto com a comunidade. Como foi conduzido o processo de escuta ativa e colaboração para garantir que as demandas da população fossem fielmente traduzidas nesses programas?

A partir dos sonhos coletivos, se estabelece o que é necessário para atingi-los, e em seguida as ações são priorizadas, do sonho para o contorno dos objetivos e o planejamento das ações (Dragon Dreaming). Tudo é produzido colaborativamente, e para ser assim é necessário horizontalidade, e a confluência de saberes do mestre Nego Bispo, essa é uma prática decolonial. Segundo Bispo, "confluência é a lei que rege a relação de convivência entre os elementos da natureza e nos ensina que nem tudo que se junta se mistura", isso é importante apreender para estar em construção com modelos, pensamentos, organizações, filosofias distintas.

É importante ressaltar que a escuta, através das múltiplas narrativas, produz uma análise sis-

tematizada, neste caso a retomada do território e a sua ocupação, é o essencial, o foco deste trabalho.

4) O artigo aponta que este processo pode representar o início de uma reparação tardia, mas necessária.

Na sua visão, quais são os próximos passos para consolidar essa relação entre a empresa Transpetro e os povos indígenas da região?



Penso que as empresas precisam ter uma responsabilidade ativa e não reativa. É necessário reconhecer os impactos para além das obrigações legais, é necessário fazer as compensações e mitigações sempre que um território for afetado, seja ele qual for. Para isso as empresas precisam estar qualificadas para uma avaliação de impacto social, é preciso mais agilidade nesses processos.

A escuta comunitária, local, é um bom caminho de avaliação, e em sequência, a negociação justa, que atenda as demandas comunitárias. Aqui é um ponto muito importante, muitas vezes são aplicados recursos para os atendimentos possíveis, quando falo possíveis são aqueles que estão em atendimento as normativas legais e empresariais atuais, por exemplo. Precisamos desenvolver mecanismos para que as compensações atendam as necessidades comunitárias, por ordem de prioridade comunitária.

5) Ao longo da pesquisa e da execução dos programas, houve alguma descoberta ou experiência que tenha te marcado particularmente? Algo que tenha mudado sua percepção sobre o trabalho com comunidades tradicionais e a mediação de conflitos?

A dinâmica social é muito interessante, e complexa também, neste caso o território encontra-se em parte, no processo de organização comunitária. Aprendi sobre o tempo das coisas, do amadurecimento das relações, e da potência dos investimentos na colaboração da mediação

de conflitos, continuo reforçando que o caminho precisa ir sendo construído de acordo com a caminhada, este é um grande desafio, nossos programas estão sendo executados assim, e sofremos várias críticas externas e internas também, mas quem está dentro reconhece o valor do tempo das coisas, e não falo de um tempo pausado, falo de um tempo ativo, tempo vivido, com suas múltiplas intercorrências e aprendizados.

6) Como foi receber o reconhecimento do Prêmio mais importante do Congresso Técnico-Científica da ROG.e? Foi a concretização de uma expectativa, ou o sabor de uma surpresa?

Foi uma grande alegria e uma grande surpresa também, estamos falando contraditoriamente de uma perspectiva teórica contra colonial, não que o trabalho consiga alcançá-la, mas está ali, para nos orientar, inspirar e ser a referência de algo a ser buscado e perseguido, um caminho, uma possibilidade, um outro fazer, é o que precisamos, de novos caminhos para termos novas respostas.



Este reconhecimento fortalece as ciências sociais dentro da indústria da indústria do Petróleo, é preciso fazer a conversa difícil, e é o que vocês provocam quando apontam este trabalho como destaque, referência.

Eu penso que é simples, não menos avançado, é preciso estarmos dialogando de forma democrática, transparente e igualitária, respeitando as diferenças, confluindo saberes e respondendo as necessidades legítimas do território, de forma integrada com os órgãos reguladores, superando e/ou lidando com os interesses institucionais, em prol dos territórios.

E o IBP deve ser este grande parceiro institucional, apontando caminhos, ditando tendências, abrindo espaços, provendo debates e produção de conhecimento para que possamos transformar as relações entre as empresas e os povos e comunidades tradicionais, pois isso é urgente!!

SESSÃO 3

CONDICIONANTES SOCIOAMBIENTAIS E PROTOCOLOS DE CONSULTA: O CASO DO PROJETO TERRITÓRIO CAIÇARA

SOCIO-ENVIRONMENTAL CONSTRAINTS AND CONSULTATION
PROTOCOLS: THE CASE OF TERRITÓRIO CAIÇARA PROJECT

**Thiago Dias Rodrigues ¹ | Eduardo Vedor de Paula ² | Manuelle Lago Marques ³ |
Rodolfo Pereira Froes ⁴ | Vinicius Vendramini Cesario ⁵ | Luiz Henrique Condrati ⁶ |
Caio Marcio Paim Pamplona ⁷**

1. PETROBRAS, SMS/LCA/MPL-E&P/MPL-AGUP-LIBRA-BUZIOS, Santos - SP - Brasil, thiao@petrobras.com.br

2. UFPR, Laboratório de Geoprocessamento e Estudos Ambientais, Curitiba - PR - Brasil, edugeo@ufpr.br

3. UFPR, Laboratório de Geoprocessamento e Estudos Ambientais, Curitiba - PR - Brasil, m.lago@ufpr.br

4. PETROBRAS, SMS/LCA/MPL-E&P/MPL-AGUP-LIBRA-BUZIOS, Santos - SP - Brasil, rodolfofores@petrobras.com.br

5. PETROBRAS, SMS/LCA/MPL-E&P/MPL-AGUP-LIBRA-BUZIOS, Santos - SP - Brasil, vendraminiv@petrobras.com.br

6. ICMBIO, Parna Superagui, Guaraqueçaba - PR - Brasil, luiz.condrati@icmbio.gov.br

7. ICMBIO, Parna Superagui, Guaraqueçaba - PR - Brasil, caio.pamplona@icmbio.gov.br

Resumo

Esse projeto consiste na elaboração de diagnóstico fundiário e cartorial de propriedades e ocupantes do interior do Parque Nacional de Superagui (PNS) bem como das comunidades tradicionais de seu entorno, conforme estabelecido pela condicionante formalizada pelo ICMBio e instituída pelo IBAMA no âmbito do licenciamento ambiental da etapa 3 do Pré-Sal.

As atividades desse projeto foram divididas em quatro (4) etapas:

Etapa 1 – Planejamento

Etapa 2 – Mapeamento Cartográfico e Fundiário

Etapa 3 – Cadastramento físico, jurídico e social

Etapa 4 – Apresentação dos resultados

Atualmente estamos concluindo o processo do Protocolo de Consulta do MOPEAR e iniciando as Etapas 2 e 3 em algumas comunidades pilotos para a geração dos primeiros resultados desse projeto.

O projeto é uma iniciativa dos gestores do Parque Nacional do Superagui para responder a uma solicitação histórica das comunidades que estão inseridas dentro dos limites da Unidade de Conservação ou em sua zona de amortecimento, o de se harmonizar o direito à terra com a presença da UC de Proteção Integral e o de se proteger as comunidades da especulação imobiliária, cada vez mais presente na região. Assim, as atividades do projeto têm como objetivo geral levantar informações sobre a ocupação histórica dessas comunidades e produzir documentos que ajudem no processo de regularização de suas moradias e de seu território.

Palavras-chave: Licenciamento Ambiental. Gestão Ambiental. Diagnóstico Fundiário

Os artigos e entrevistas publicados nesta revista representam exclusivamente as opiniões e perspectivas de seus respectivos autores e entrevistados. O idioma utilizado e seu conteúdo correspondem ao formato integral submetido e avaliado pelo Comitê Avaliador do Congresso da ROG.e. Assim como as ideias, posicionamentos e informações contidas nos textos não refletem, necessariamente, as opiniões, crenças, diretrizes ou posicionamentos institucionais do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP). O IBP não se responsabiliza pela exatidão, integridade ou validade dos conteúdos publicados, sendo de inteira responsabilidade dos autores quaisquer implicações decorrentes das informações apresentadas.



| Abstract

This project consists of preparing a land and notarial diagnosis of properties and occupants in the interior of the Superagui National Park (PNS) as well as the traditional communities in its surroundings, as established by the condition formalized by ICMBio and established by IBAMA under the environmental licensing of stage 3 of the Pre-Salt.

The activities of this project were divided into four (4) stages:

Step 1 – Planning Step

Step 2 – Cartographic and Land Mapping

Step 3 – Physical, legal and social registration

Step 4 – Presentation of results

We are currently completing the MOPEAR Consultation Protocol process and starting Steps 2 and 3 in some pilot communities to generate the first results of this project.

The project is an initiative of the managers of the Superagui National Park to respond to a historic request from the communities that are located within the limits of the Conservation Unit or in its buffer zone, to harmonize the right to land with the presence of the UC Integral Protection and protecting communities from real estate speculation, which is increasingly present in the region. Thus, the project's activities have as a general objective to gather information about the historical occupation of these communities and produce documents that help in the process of regularizing their homes and their territory.

Keywords: Environmental Licensing.
Environmental management. Land diagnosis

Os artigos e entrevistas publicados nesta revista representam exclusivamente as opiniões e perspectivas de seus respectivos autores e entrevistados. O idioma utilizado e seu conteúdo correspondem ao formato integral submetido e avaliado pelo Comitê Avaliador do Congresso da ROG.e. Assim como as ideias, posicionamentos e informações contidas nos textos não refletem, necessariamente, as opiniões, crenças, diretrizes ou posicionamentos institucionais do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP). O IBP não se responsabiliza pela exatidão, integridade ou validade dos conteúdos publicados, sendo de inteira responsabilidade dos autores quaisquer implicações decorrentes das informações apresentadas.

DOI: <https://doi.org/10.48072/2525-7579.rog.2022.330>



1. Introdução

No âmbito do licenciamento ambiental da Atividade de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural do Polo Pré-Sal da Bacia de Santos - Etapa 3 foi emitida pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) a Autorização para o Licenciamento Ambiental (ALA) no 02/2019-GABIN/ICMBIO, na qual consta a seguinte condicionante a ser atendida pela Petrobras:

2.12 - Apresentar em até seis meses após a emissão da Licença Prévia, proposta para o "Diagnóstico fundiário e cartorial de ocupantes nos territórios tradicionais abrangidos pelo Parque Nacional (PARNA) Superagui" devendo ser iniciado o estudo em até seis meses após a emissão da Licença de Instalação.

Após a emissão dessa Autorização, o ICMBio emitiu Termo de Referência detalhando o escopo da condicionante e em conjunto com a equipe técnica da Petrobras desenvolveu a especificação e demais documentações necessárias para a contratação de executor da demanda. O serviço se apresentou como um grande desafio técnico e logístico, além de lidar com tema bastante sensível para as unidades de conservação e, sobretudo, às populações e comunidades tradicionais. De tamanha complexidade, depreendeu-se a iniciativa de buscar que a Universidade Federal do Paraná (UFPR) executasse os serviços, como forma de

trazer segurança e garantia de qualidade ao atendimento da condicionante.

Nos últimos anos, o ICMBio vem despendendo esforços no sentido de compor diferentes interesses no território, chamando ao diálogo entes como comunidades tradicionais, Secretaria de Patrimônio da União (SPU), universidades, ministérios públicos e a Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba, buscando a expertise e competências dos diferentes atores com objetivo de se estabelecer segurança jurídica na região.

Esta segurança jurídica necessariamente passa pela regularização fundiária das áreas ocupadas pelas comunidades tradicionais no interior e entorno do PNS. De modo prático, considerando o indubitável reconhecimento das terras do PNS como patrimônio da União, a SPU se apresenta como o órgão majoritariamente responsável pelo processo. O objetivo desta condicionante, solicitada pelos Gestores do PNS foi o de levantar em formato de diagnóstico as informações, cartográficas e/ou documentais, requisitadas nos procedimentos adotados pela SPU de modo a catalisar um processo geral de regularização fundiárias nas ilhas e nas comunidades tradicionais relacionadas ao parque.

O serviço de execução da condicionante teve contrato firmado em outubro de 2020 entre Petrobras e Universidade Federal do Paraná, porém devido à situação pandêmica, que impossibilitou o desenvolvimento das atividades, o mesmo foi suspenso até janeiro de 2021, quando foi retomado ainda em um cenário de incertezas.

De modo esquemático, as atividades desse projeto foram divididas em cinco (5) etapas:

- Etapa 0** – Processo de Consulta Livre, Prévia e Informada
- Etapa 1** – Planejamento
- Etapa 2** – Mapeamento Cartográfico e Fundiário
- Etapa 3** – Cadastramento físico, jurídico e social Apresentação dos resultados
- Etapa 4** – Apresentação dos resultados

Momento principal para este artigo, a Etapa Zero diz respeito ao processo de informação das comunidades locais sobre a realização do projeto, e sua devida consulta para que as atividades sejam autorizadas. Os protocolos de consulta são instrumentos derivados de tratados internacionais de fortalecimento social nos processos que impactem a vida das comunidades tradicionais, em especial de instalações de grandes obras e empreendimentos. No caso concreto, as tratativas iniciaram-se com lideranças locais, através dos procedimentos estabelecidos no Protocolo de Consulta do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Litoral do Paraná (MOPEAR), mecanismo elaborado e defendido pelos pescadores artesanais como o roteiro de boas práticas de comunicação entre pesquisadores, consultores, agentes públicos etc. e as comunidades. Neste contexto, acordaram-se estratégias de comunicação, prazos e formas para a realização de uma Consulta Livre, Prévia e Informada das comunidades, e obtenção, assim, de consentimento sobre a realização do projeto. Essa etapa foi bastante impactada pelo cenário da Pandemia e a dificuldade de contato com as lideranças das comunidades que deveriam ser consultadas para o efetivo início da Etapa 2 do projeto (mapeamento cartográfico e fundiário).

O presente trabalho pretende apresentar: (a) uma contextualização da área e os motivos que levaram ao ICMBio sugerir a condicionante

do diagnóstico fundiário; (b) a construção metodológica desde as fases iniciais realizada por múltiplas instituições; (c) uma abordagem sobre o protocolo de consultas do MOPEAR; (d) a consulta às Comunidades Isoladas em tempos de Pandemia e (e) o atual estado do andamento do projeto em desenvolvimento.

2. Projeto Território Caiçara: do processo de consulta à construção metodológica

2.1 A PROBLEMÁTICA: REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA PRECÁRIA EM TRADICIONAIS

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), instituído pela Lei no 9.885 de 18 de julho de 2000, estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação (UC). Dentre diferentes objetivos deste Sistema, estão dispostos "contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais" e "proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente" (BRASIL, 2000, Art. 4). Apesar de serem elementos fundamentais de um mesmo sistema, estes dois objetivos por vezes se chocam no mundo real, uma vez que a mesma legislação também veda, a princípio, a permanência e residência de pessoas em determinadas unidades de conservação, como os parques nacionais.

Nesta conjuntura, encontra-se o Parque Nacional do Superagui (PNS), localizado no município de Guaraqueçaba, estado do Paraná. Criado em 1989 e ampliado em 1997, o PNS estende-se por 33.860,4 hectares do litoral norte do estado, for-

mado por diferentes polígonos que representam áreas continentais, insulares e porções da lâmina d'água (PAULA, PIGOSSO e WROBLEWSKI, 2018). Em sua atual configuração, o PNS sobrepõe-se ou é vizinho de diversos territórios historicamente pertencentes a comunidades tradicionais caiçaras da região.

A sobreposição de territórios tradicionais e unidades de conservação é situação identificada em pelo menos outra centena de casos Brasil afora (MADEIRA et al., 2018). As relações estabelecidas entre comunidades e órgão gestor das unidades de conservação variam muito em intensidade e nos níveis de conflito ou cooperação, a depender do contexto histórico, legislação aplicável na UC, dentre outros fatores.

De modo geral, comunidades caiçaras e unidades de conservação marinho-costeiras, apesar dos muitos casos conflituosos derivados da sobreposição de territórios, sofrem os efeitos de uma pressão comum: a dinâmica acelerada de transformação, ocupação e uso do solo. Isso decorre do fato de que essas comunidades e as UC partilham de uma mesma problemática: situação fundiária precária, traduzida na inexistência de registros e documentos fundiários, mapeamentos falhos e desatualizados, falta de estrutura dos órgãos competentes, dentre outros aspectos correlacionados. Um fenômeno importante advindo dessa situação precária é a recorrente ocupação irregular de terras públicas e privadas. Essa dinâmica indesejável promove concentração de terras, especulação imobiliária, incremento no uso de recursos naturais e avanço de um turismo muitas vezes dissociado dos valores e anseios das populações locais.

Especificamente na região do PNS, o interesse imobiliário de diversos setores da sociedade em áreas do território tradicional caiçara atenta contra a própria permanência destes na região. A precificação e comercialização de terrenos, muitas vezes irregulares, para o público externo, com

consequente transformação da realidade local, tem trazido impactos significativos e deletérios na manutenção da cultura caiçara e na reprodução de suas práticas sociais e econômicas tradicionais. Em uma perspectiva ambiental, a substituição de modos de vida tradicionais por outros cuja relação com a natureza e o uso da terra é desarmonizada e estabelecida em bases pouco sustentáveis põe em risco os ecossistemas, bem como os recursos naturais associados à subsistência e a própria identidade das populações tradicionais. No sentido inverso, reconhecer que populações tradicionais possuem saberes e práticas ambientalmente responsáveis ao tempo que as unidades de conservação refreiam o ímpeto do mercado imobiliário sobre seus territórios permite que novas abordagens para resolução de conflitos sejam postas em prática. Por exemplo: assumir que a regularização fundiária de territórios tradicionais é uma estratégia de conservação da natureza, especialmente se comparado a outros cenários possíveis de uso e ocupação do solo.

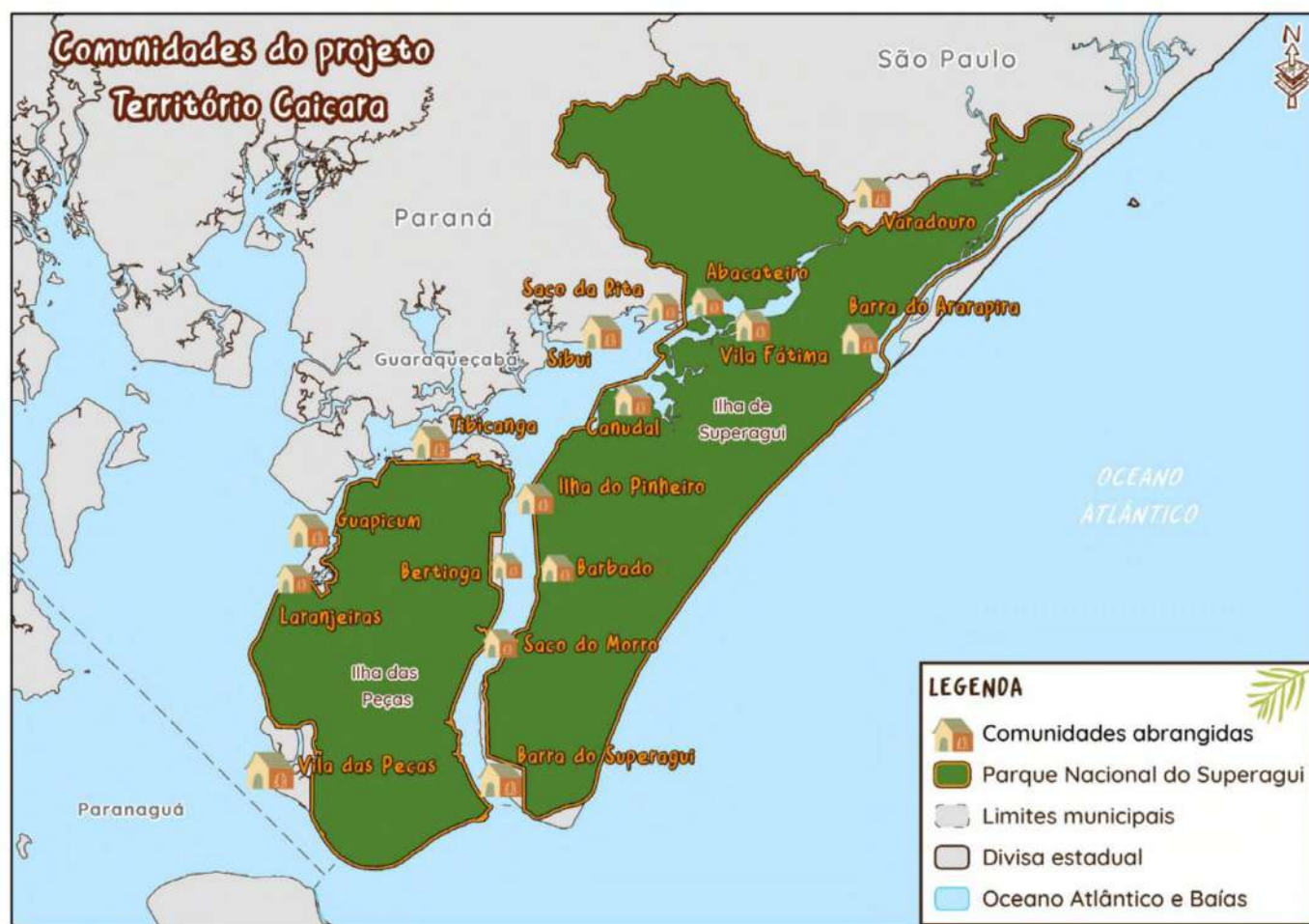
Assim, a harmonização e compatibilização de diferentes legislações afeitas às populações tradicionais e ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação se configuram em sinergia estratégica a ser desenvolvida, uma vez que esses grupos possuem direitos diferenciados em sua relação com unidades de conservação e que essas populações, com seus saberes e modos de vida intimamente ligados à natureza podem e devem ser parceiros na gestão pública ambiental.

Com essa perspectiva, avaliando os impactos da atividade de exploração de gás e óleo na região do pré-sal em uma área prioritária para a conservação do patrimônio natural e profundamente alterada e pressionada pelo complexo portuário de Paranaguá, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Natureza (ICMBio), gestor do PNS, recomendou à Petrobras a realização de estudo de caracterização fundiária das comunidades caiçaras inseridas ou vizinhas ao parque. Essa recomendação converteu-se em

condicionante específica da licença ambiental obtida para a Etapa 3 da iniciativa de exploração do pré-sal, em processo de licenciamento que foi conduzido pelo IBAMA, teve a Petrobras como empreendedor interessado e ICMBio como um dos órgãos anuentes. A área definida para o estudo abrange dezesseis comunidades tradicionais das ilhas de Superagui e Peças e do entorno continental do PNS (Figura 1). Em razão da complexidade multidisciplinar do tema e

considerando o notório saber e seu papel atuante no litoral do estado a Universidade Federal do Paraná (UFPR), representada pelo Laboratório de Geoprocessamento e Estudos Ambientais (LAGEAMB) do departamento de Geografia foi contratada para a realização da empreitada. Por sugestão de lideranças comunitárias, o estudo passou a ser denominado Projeto Território Caiçara (TECA).

FLUXOGRAMA 1 – COMUNIDADES ABRANGIDAS PELO PROJETO CONDICIONANTE TERRITÓRIO CAIÇARA



Fonte: projeto Território Caiçara, LAGEAMB, 2021.

2.2 A NECESSIDADE DE CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO A MUITAS MÃOS

A relação das comunidades tradicionais com o PNS é heterogênea no espaço e no tempo. De um modo geral, ela se apresenta de forma deveras conflituosa no que se refere às ações de fiscalização realizadas pelos órgãos competentes, que coíbem costumes e hábitos tradicionais como pescarias e coleta de caranguejo, por exemplo, em virtude da legislação bastante restritiva incidente no parque, estabelecendo certo traumatismo do território com relação às práticas de controle de instituições públicas (Lago Marques, 2018). O ápice dessa relação conflituosa se deu no âmbito da elaboração do plano de manejo do PNS. Durante esse processo, lideranças comunitárias e de pescadores acionaram a justiça através do MOPEAR, buscando maior participação na elaboração do documento. Após muitas discussões entre as partes, o plano de manejo foi publicado reconhecendo a tradicionalidade das comunidades caiçaras no território e estabelecendo rol de dezenas de práticas e atividades que deixaram de ser realizadas ou autorizadas a partir da criação do parque. Atualmente, diferentes frentes de diálogo entre comunidades caiçaras e ICMBio estão abertas – celebração de Termos de Compromisso para pescarias com cercos fixos e extração da cataia e a instalação da Câmara Temática de Populações

Tradicionais, por exemplo – de maneira que o presente projeto se soma a essas iniciativas que buscam romper o entendimento habitual de que unidades de conservação e comunidades tradicionais são antagonistas a priori.

Com esse histórico local sensível e complexo, as instituições responsáveis pelo projeto - UFPR, Petrobras e ICMBio - estabeleceram como premissas legais e valores para seu desenvolvimento e execução: a) o direito dos povos tradicionais à autoidentificação e ao reconhecimento de seus territórios, b) a escuta ativa do histórico e das experiências prévias das comunidades residentes e das instituições responsáveis pela gestão pública local, c) a ampla e acessível informação aos moradores e o direito ao livre consentimento à realização do projeto através do atendimento aos Protocolos de Consulta existentes, em especial considerando a relevância do diálogo na promoção de segurança fundiária para essas comunidades e d) a construção metodológica conjunta, considerando moradores, instituições e academia.

Partindo, assim, de diálogos e escutas, o projeto não se propôs como pronto, pois pelo contrário, tem como pressuposto ser construído coletivamente, por e para muitas mãos. Uma das principais ferramentas para esta construção foi o Protocolo de Consulta, definido pelo movimento social local.



2.3 O PROTOCOLO DE CONSULTA DO MOPEAR

Assim como prevê a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, as populações indígenas ou tribais devem ser consultadas mediante procedimentos apropriados cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas que possam afetá-las diretamente.

No caso das comunidades tradicionais abrangidas pelo projeto, a principal representatividade se dá pelo Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Litoral do Paraná (MOPEAR), cujo Protocolo de Consulta foi definido no ano de 2017 (MOPEAR, 2017). Este Protocolo define que tanto governo como pesquisadores devem atender às etapas de Consulta Livre, Prévia e Informada definidos pelo Movimento antes que qualquer atividade seja realizada sobre seus territórios. São elas: 1) Reunião do plano de consulta; 2) Reuniões informativas locais; 3) Reuniões internas; 4) Reunião de decisão ou negociação.

No caso do projeto Território Caiçara, a equipe da Universidade enviou em dezembro de 2020 uma carta ao MOPEAR, solicitando a abertura do processo de consulta, com um breve explicativo dos objetivos, metodologia e resultados esperados do projeto. No dia 18 de janeiro de 2021, a primeira reunião preparatória ao Protocolo de Consulta foi realizada, de forma remota (online). Para estas reuniões preparatórias, denominadas "Etapa Zero", a Universidade convidou não somente os agentes diretos do processo, como MOPEAR, ICMBio e Petrobras, mas também as defensorias públicas estadual e da União e também o Ministério Público do Estado do Paraná, cujo acompanhamento é de fundamental importância, dado o escopo do projeto.

Foram mais de seis meses e cerca de 25 reuniões remotas, preparatórias para o início do Protocolo de Consulta. Após esta fase, iniciou-se a Etapa 1, de definição do Plano de Consulta, i.e., de como as comunidades deveriam ser

consultadas. A Etapa 1 envolveu cinco encontros quatro meses, para então dar início a fase de consulta via assembleias comunitárias.

2.4 A CONSULTA ÀS COMUNIDADES ISOLADAS EM TEMPOS DE PANDEMIA DE COVID-19

Interessa notar que toda a mobilização inicial, sobretudo da Etapa Zero, foi realizada de forma remota devido à pandemia de COVID-19. Encontros presenciais puderam ser realizados somente a partir do mês de julho de 2021, quando ocorreu a administração da segunda dose da vacina aos habitantes do município de Guaraqueçaba. Sobre este aspecto, vale ressaltar os desafios de realização do processo de consulta de forma remota, sejam eles em termos de estabelecimento de relações de confiança, clareza nos diálogos e qualidade (e/ou viabilidade) de acesso à rede de internet, uma vez que parte (oito) das comunidades abrangidas pelo projeto sequer possui acesso à energia elétrica.

Para além dos pontos acima elencados, vale ressaltar que o grupo responsável pelo processo de consulta, composto pelo MOPEAR e pela coordenação técnica do projeto, definiu estratégias de prevenção à COVID-19 para a realização das atividades coletivas. O diálogo e a definição de um protocolo sanitário previram, assim: a disponibilização de máscaras descartáveis e de álcool em gel para os participantes das reuniões; a priorização de locais abertos e arejados para as atividades coletivas; a realização sistemática de testes de COVID pela equipe da Universidade no pré-campo; e o cancelamento automático das atividades caso houvesse, na comunidade objeto da expedição, algum caso confirmado ou caso-contato de coronavírus.

Não sem impactos negativos sobre a realização do projeto – como a postergação da abertura ao diálogo para um grupo mais extenso, a dificuldade de programação e planejamento

devido aos surtos de COVID-19, e instabilidade financeira do projeto devido aos atrasos ligados à pandemia – esta construção mais longa possibilitou, de certa forma, um maior tempo de maturação e compreensão mútua entre os interlocutores do processo de consulta. Mesmo que a Universidade previsse, desde o início, o respeito pelo “tempo das comunidades”, a conjuntura sanitária fez com que o processo ocorresse com ainda mais qualidade na escuta e na aceitação as realidades locais e institucionais.

2.4 O ANDAMENTO ATUAL: ASSEMBLEIAS, LEVANTAMENTOS E REFINAMENTOS METODOLÓGICOS

Vale indicar que o processo de Consulta Livre, Prévia e Informada definido pelo Protocolo de Consulta do MOPEAR, acrescido do tempo maior exigido pela conjuntura sanitária, permitiu que a expectativa de construção do projeto a muitas mãos esteja sendo atendida. Atualmente, a equipe da UFPR define com as

lideranças locais alguns detalhes importantes do projeto Território Caiçara, como a forma de levantamento de dados cadastrais das comunidades tradicionais e a construção de um curso de capacitação em regularização fundiária. Longe da perfeição e não sem contratempos ou divergências de ideias, este grupo busca encontrar formas de responder as necessidades das instituições públicas quanto à uma melhora de gestão das terras da União e do Parque Nacional, ao mesmo tempo em que busca trazer à luz os processos de autodemarcação dos territórios tradicionais e de autodeclaração como comunidade tradicional, realizados pelas lideranças locais na década de 2010.

Do ponto de vista executivo, o projeto já aprovou a realização do diagnóstico em assembleia comunitária em sete das dezesesseis localidades abrangidas, e já realizou as atividades de Mapa Falado e voo de drone em três delas (Figuras 2 e 3). Interessa notar que toda a mobilização inicial, sobretudo da Etapa Zero, foi realizada de forma

FIGURA 2 – A EQUIPE APRESENTA OS INSTRUMENTOS DE LEVANTAMENTO EM REUNIÃO COMUNITÁRIA, SEGUINDO OS PROTOCOLOS SANITÁRIOS CONTRA A COVID-19



FIGURA 3 – ELABORAÇÃO DE MAPA FALADO DA COMUNIDADE DE BARBADO SANITÁRIOS CONTRA A COVID-19



Fotos: R. Vecchi e L. Krama, projeto Território Caiçara, fevereiro de 2022.

Neste ano de 2022, espera-se que as diferentes fases do projeto (Figura 4) sejam cumpridas em ao menos dez comunidades. Vale lembrar que os processos de apresentação e diálogo sobre os dados levantados, bem como a validação, por parte das comunidades, do repasse das informações às instituições se traduz como uma proposta da Universidade e uma condição das lideranças locais para aprovação de realização deste projeto, que tem como finalidade principal uma maior segurança fundiária às comunidades de pescadores artesanais e caiçara do litoral norte do Paraná.

O fluxo abaixo apresentado indica, de maneira sintética, as principais etapas do projeto Território Caiçara. Parte destas etapas está ainda em refinamento metodológico junto às lideranças locais e às instituições envolvidas. Motivo pelo qual a estruturação completa de seu passo a passo e os resultados até agora encontrados serão apresentados em futuro artigo a ser publicado quando de sua consolidação junto às comunidades.

FIGURA 4 – ETAPAS DO PROJETO TERRITÓRIO CAIÇARA



Fonte: projeto Território Caiçara, LAGEAMB, 2022.

3. Considerações Finais

Importante lembrar que o Projeto Território Caiçara é fruto da discussão dos impactos e possíveis ações mitigadoras no âmbito do processo de licenciamento. Apesar de sua denominação de "projeto" é essencial manter sua associação umbilical com as condicionantes ambientais que permitiram viabilizar o empreendimento. As condicionantes ambientais possuem o objetivo de garantir a adequada proteção ao meio ambiente em relação a uma atividade potencial ou efetivamente degradadora e são instrumento crucial do processo de licenciamento ambiental. A inobservância às condicionantes ambientais pode acarretar sanções diversas, como a suspensão temporária da licença ambiental, a imposição de multa, ou até mesmo a cassação definitiva desta licença (KRULL, 2012). Nesse sentido, é de pleno interesse do empreendedor e dos órgãos ambientais que o cumprimento das condicionantes seja atendido, monitorado e avaliado periodicamente.

O bom atendimento da condicionante específica do PNS se apresentou desde o início como um desafio, seja pela complexidade inata ao tema, seja pelo histórico sensível da relação entre comunidades caiçaras e o parque. Nesse aspecto, a possibilidade de incorporar a UFPR à empreitada mostrou-se bastante oportuna. Ao propor uma forma de trabalho que alia prestação de serviço com pesquisa científica e produção acadêmica, a UFPR tem desempenhado papel essencial no desenvolvimento metodológico e execução do projeto. A participação da universidade aportou ao projeto excelência técnica em seus aspectos cartográficos, bem como possibilitou a formação de equipe multidisciplinar ampla e dedicada ao assunto e, por sua natureza jurídica que vai

muito além de prestador de serviço/consultor, permitiu que Petrobras e ICMBio construíssem uma relação mais qualificada entre si e entre os diferentes atores envolvidos no que se refere ao atendimento da condicionante. O envolvimento da UFPR também foi essencial na compreensão da importância estratégica em se atender o Protocolo de Consulta dos pescadores artesanais.

Os protocolos de consulta são muitas vezes encarados como entraves para o desenvolvimento de projetos de pesquisa ou de infraestrutura, mas eles são fundamentais para estabelecer os parâmetros de comunicação e informação adequados com os moradores locais. Os protocolos de consulta são instrumentos relativamente recentes e estão em plena discussão pelas comunidades tradicionais, de modo que muitas vezes seu funcionamento se desenvolve em situações práticas que a realidade impõe. Nesse sentido, o fato de o Projeto Território Caiçara respeitar como premissa o atendimento do Protocolo de Consulta contribuiu com o MOPEAR ao submeter a teste seu próprio protocolo, evidenciando gargalos, limitações e acertos. De outro lado, a compreensão e apropriação gradual do projeto pelas comunidades caiçaras, por meio deste mesmo Protocolo de Consulta, são considerados investimentos para sua boa execução. Assim, parece importante que os protocolos de consulta, com sua valorização de escutas e diálogos e construção de espaços de discussão, sejam entendidos nos processos de licenciamento como chancela de qualidade de projetos socioambientais, garantindo ao empreendedor mais e melhores condições para execução de determinadas ações impostas nas licenças obtidas.

SESSÃO 3

CONDICIONANTES SOCIOAMBIENTAIS
E PROTOCOLOS DE CONSULTA: O CASO
DO PROJETO TERRITÓRIO CAIÇARA

ENTREVISTA COM OS AUTORES:

THIAGO DIAS RODRIGUES

Engenheiro de Produção pela UFSCar, Especializado em Meio Ambiente, trabalha há 21 anos na Petrobras atuando em diversos projetos ambientais. Possui publicações de trabalhos técnicos da área ambiental.

CLAUDIO ARAUJO NUNES

Pescador artesanal caiçara, morador da comunidade de Barra do Superagui (Guaraqueçaba/PR). É um dos coordenadores do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Paraná (MOPEAR), que integra a Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais. Participa, também, da Comissão Nacional para o Fortalecimento das Reservas Extrativistas e dos Povos Extrativistas Costeiros Marinhos (CONFREM).

LUIZ HENRIQUE CONDRATI

Mestre em Ecologia pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), analista ambiental do Instituto Chico Mendes (ICMBio), trabalha atualmente no Núcleo de Gestão Integrada Antonina - Guaraqueçaba, em processos de licenciamento ambiental e na interface de povos e comunidades tradicionais com o Parque Nacional do Superagui.

MANUELLE LAGO MARQUES

Geógrafa e doutora em Sociologia pela Université Paris Nanterre. Pesquisadora na Universidade Federal do Paraná, realizou a coordenação técnica do projeto "Território Caiçara" ao longo de seus quatro anos, estabelecendo o processo de escuta às comunidades. Participa de projetos socioambientais e de redes de cooperação para a defesa de Povos e Comunidades Tradicionais.

EDUARDO VEDOR DE PAULA

Geógrafo, pós-doutor em Ordenamento Territorial, docente da Universidade Federal do Paraná, onde coordena o Laboratório de Geoprocessamento e Estudos Ambientais (LAGEAMB). Atuou na concepção e coordenação geral do projeto "Território Caiçara". Coordena o nó latino-americano da Red Iberoamericana de Observación Territorial (RIDOT).

1) O Projeto Território Caiçara busca harmonizar o direito à terra das comunidades tradicionais com a presença da Unidade de Conservação. Quais foram os principais desafios encontrados nesse processo?

Thiago Dias Rodrigues (Petrobras)



Este projeto inovador adveio da identificação da necessidade pelo ICMBio dessa harmonização de direitos das comunidades tradicionais e seus territórios com a presença da Unidade de Conservação. O desafio era de como alcançar esse objetivo, e o primeiro passo se deu a partir de um diagnóstico fundiário inédito elaborado especificamente para a região, respeitando a participação das comunidades nesse processo meticuloso para a construção do trabalho.

Isso tudo em um diálogo constante durante mais de quatro anos para se chegar a um resultado justo aos povos e possibilitar a garantia da permanência, seus usos, modos e cultura tradicionais caiçara.

2) O Protocolo de Consulta do MOPEAR teve um papel central no desenvolvimento do projeto. Como foi a experiência de conduzir esse processo em meio à pandemia, e quais aprendizados surgiram dessa adaptação?

Claudio Nunes (MOPEAR)

A experiência foi única. Porque na verdade a gente já tinha usado o Protocolo quando veio o pessoal do Cadastro Ambiental Rural nas comunidades, antes dos estudos para a regularização. E a gente usou o Protocolo, mas foi mais simples, porque foi antes da pandemia. E o projeto foi durante a pandemia. Então foi uma experien-

cia enorme, porque a gente teve que fazer muitas e muitas reuniões online. Para a gente foi um aprendizado para entender melhor como trabalhar com isso. E eu creio que para o projeto também foi muito bom, porque deu um tempo para que a comunidade passasse a entender um pouco mais o que significava o projeto. Depois de a gente ter feito essa negociação, esse trabalho de muitas conversas, foram abertas as rodas de conversa com as comunidades, depois da pandemia. E aí a gente fez com que a comunidade conversasse, e não só com as lideranças. E a gente foi aprendendo muito a usar a questão do protocolo. Foi uma das partes que a gente achou que foi muito bom. Porque depois o próprio pessoal da Universidade, que veio fazer os estudos, conheceu mais o protocolo e passou a falar um pouco dele para outros pesquisadores, projetos que vinham entrar para dentro da comunidade. Então foi uma experiência muito boa.

3) O artigo menciona a crescente especulação imobiliária na região e os impactos sobre as comunidades caiçaras. Como o projeto pode contribuir para a proteção desses territórios e a valorização do modo de vida tradicional?

Luis Henrique Condrati (ICMBio)



Nós reconhecemos as comunidades tradicionais como verdadeiros parceiros na conservação da biodiversidade local.

Regularizar seus territórios, áreas de moradias e usos, contribuirá significativamente para impedir o avanço da especulação imobiliária e instalação de grandes empreendimentos. O projeto Território Caiçara trouxe a base fundamental para a implementação de instrumentos de regularização fundiária que garantirão a permanência e a valorização dessas populações tradicionais.

4) A regularização fundiária das comunidades tradicionais é um processo complexo. Como a metodologia do projeto foi definida para garantir que os resultados sejam aceitos e legitimados tanto pelas comunidades quanto pelos órgãos públicos?

Manuelle Lago Marques (UFPR)

O projeto passou por um longo processo de construção de metodologia, que durou de dezembro de 2020 a novembro de 2021. Neste período, foram realizadas cerca de 30 reuniões, cujos objetivos foram de retiradas de dúvidas e de alinhamento de expectativas entre as partes, fossem elas instituições públicas, organizações comunitárias, órgãos de controle ou universidade.



Guiadas pelo Protocolo de Consulta, as reuniões orientaram tanto a definição do rito de informação às comunidades, como o conteúdo de coleta de dados, e os métodos de validação dos resultados, o que corroborou para o aceite e a legitimação dos produtos finais.

5) Com base no andamento atual do projeto, quais são os próximos passos e como vocês enxergam a continuidade dessa iniciativa no longo prazo? Há perspectivas de expansão ou replicação dessa abordagem para outras regiões?

Eduardo Vedor de Paula (UFPR)

O diagnóstico territorial das 18 comunidades abrangidas pelo projeto, além de entregue às lideranças comunitárias, foi disponibilizado ao ICMBio e SPU para início do processo de regularização fundiária. Entende-se que a metodologia desenvolvida possa ser aplicada

noutros territórios tradicionais, sendo que em janeiro do corrente ano a equipe técnica iniciou os estudos em 10 comunidades de pescadores artesanais situadas no município de Paranaguá, litoral do Paraná.



Embarcações na comunidade tradicional de Barra do Superagui. Fotografia: Carlos Wroblewski, junho de 2023

SESSÃO 4

A CENTRALIDADE DO TERRITÓRIO NA CONDUÇÃO DE PROJETOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO LICENCIAMENTO AMBIENTAL FEDERAL: ANALISANDO OS CAMINHOS PRODUZIDOS PELO QUIPEA

THE CENTRALITY OF THE TERRITORY IN CONDUCTING ENVIRONMENTAL
EDUCATION PROJECTS IN THE FEDERAL ENVIRONMENTAL LICENSING:
ANALYZING THE PATHS PRODUCED BY QUIPEA

**Carlos Frederico B. Loureiro ¹ | Tânia Fernandes ² | Suely Ortega ³ |
Marcela Siqueira Farjalla ⁴ | Lilian de Freitas Gonçalves ⁵**

1. Ambiental Engenharia e Consultoria, Projeto de Educação Ambiental, Rio de Janeiro - RJ - Brasil, fredericoloureiro89@gmail.com

2. Ambiental Engenharia e Consultoria, Projeto de Educação Ambiental, Rio de Janeiro - RJ - Brasil, tania.fernandes@ambiental.rio

3. Shell Brasi Petróleo LTDA, Social Performance, Rio de Janeiro - RJ - Brasil, suely.ortega@shell.com

4. Ambiental Engenharia e Consultoria, Projeto de Educação Ambiental, Rio de Janeiro - RJ - Brasil, marcela.farjalla@shell.com

5. Ambiental Engenharia e Consultoria, Projeto de Educação Ambiental, Rio de Janeiro - RJ - Brasil, lilian@ambientalconsult.com.br



| Resumo

O presente trabalho objetiva analisar o uso da categoria território, através do desvelamento pelos comunitários, no processo pedagógico desenvolvido pelo projeto Quipea - Quilombos no Projeto de Educação Ambiental, da empresa Shell Brasil. Esta categoria foi incorporada no Plano de Trabalho da Fase 3 (2016 a 2020) por ser estratégica para se compreender a articulação entre as atividades do Quipea, considerando a relação entre os impactos da cadeia do petróleo e as transformações no modo de vida quilombola. Metodologicamente, parte-se de análise documental e de observação de campo, compreendendo de junho de 2019 a abril de 2020, que corresponde à execução parcial da cartografia

social, principal atividade que visa ampliar o entendimento e conhecimento dos territórios pelos quilombolas. Os resultados obtidos até o momento, reforçam a centralidade da categoria território para a motivação de reflexões e ações sobre o uso, ocupação, e protagonismo comunitário na gestão dos seus territórios.

Palavras-chave: Educação ambiental no licenciamento. cartografia social. território quilombola

Os artigos e entrevistas publicados nesta revista representam exclusivamente as opiniões e perspectivas de seus respectivos autores e entrevistados. O idioma utilizado e seu conteúdo correspondem ao formato integral submetido e avaliado pelo Comitê Avaliador do Congresso da ROG.e. Assim como as ideias, posicionamentos e informações contidas nos textos não refletem, necessariamente, as opiniões, crenças, diretrizes ou posicionamentos institucionais do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP). O IBP não se responsabiliza pela exatidão, integridade ou validade dos conteúdos publicados, sendo de inteira responsabilidade dos autores quaisquer implicações decorrentes das informações apresentadas.

DOI: <https://doi.org/10.48072/2525-7579.rog.2020.531>



| Abstract

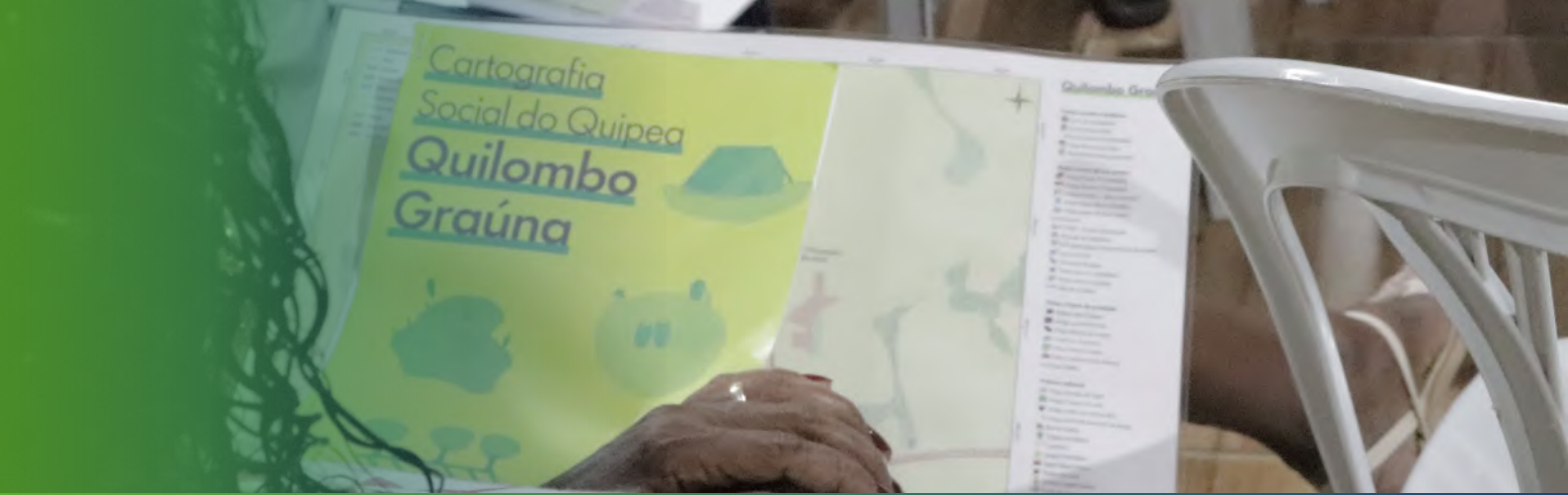
This work aims to analyze the use of the territory category, through unveiling by the community, in the pedagogical process developed by the Quipea - Quilombos project in the Environmental Education Project, of the company Shell Brasil. This category was incorporated into the Phase 3 Work Plan (2016 to 2020) as it is strategic to understand the articulation between Quipea's activities, considering the relationship between the impacts of the oil chain and the transformations in the quilombola way of life. Methodologically, it starts with document analysis and field observation, comprising from June 2019 to April 2020, which corresponds to the

partial execution of social cartography, the main activity that aims to expand the understanding and knowledge of the territories by quilombolas. The results obtained so far, reinforce the centrality of the territory category for motivating reflections and actions on the use, occupation, and community role in the management of their territories.

Palavras-chave: Environmental education in licensing. social cartography. quilombola territory

Os artigos e entrevistas publicados nesta revista representam exclusivamente as opiniões e perspectivas de seus respectivos autores e entrevistados. O idioma utilizado e seu conteúdo correspondem ao formato integral submetido e avaliado pelo Comitê Avaliador do Congresso da ROG.e. Assim como as ideias, posicionamentos e informações contidas nos textos não refletem, necessariamente, as opiniões, crenças, diretrizes ou posicionamentos institucionais do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP). O IBP não se responsabiliza pela exatidão, integridade ou validade dos conteúdos publicados, sendo de inteira responsabilidade dos autores quaisquer implicações decorrentes das informações apresentadas.

DOI: <https://doi.org/10.48072/2525-7579.rog.2020.531>



1. Introdução

O Quípea - Quilombos no Projeto de Educação Ambiental, da empresa Shell Brasil, é uma condicionante do licenciamento ambiental conduzido pelo Ibama, desde 2009, que optou por trabalhar com Quilombos certificados pela Fundação Cultural Palmares, que estão na região da área de influência dos empreendimentos de petróleo offshore da empresa nos campos de Bijupirá & Salema e Parque das Conchas, na Bacia de Campos. Atualmente, o Quípea atua em oito municípios, com 21 comunidades quilombolas, totalizando cerca de 2.993 famílias.

Em 2016, o projeto iniciou sua terceira fase (2016 a 2021), cujo objetivo é fomentar a autonomia das comunidades quilombolas do Quípea no âmbito do licenciamento ambiental por meio de ações que fortaleçam a participação comunitária. Seus objetivos específicos são: Integrar os participantes à estrutura do Quípea; oferecer cursos que fortaleçam a autonomia comunitária; garantir o funcionamento da comissão articuladora; fortalecer a cultura e a ancestralidade, por meio da articulação e integração das comunidades quilombolas do Quípea; promover a participação qualificada das comunidades em espaços de decisão sobre a gestão de seu território e questões quilombolas; fomentar processos sociais de apropriação e planejamento dos territórios. Para o cumprimento destes, há um conjunto de atividades planejadas e realizadas de modo articulado.

O presente trabalho analisa o uso da categoria território no processo pedagógico desenvolvido

pelo projeto. Esta categoria foi incorporada no Plano de Trabalho da Fase 3 por ser estratégica para se compreender a articulação entre as múltiplas e complexas atividades que materializam os objetivos do Quípea, e as relações existentes entre os impactos da cadeia do petróleo e as transformações no modo de vida quilombola. Metodologicamente, parte-se de análise documental e de observação de campo no período de junho de 2019 a abril de 2020, que corresponde à execução parcial da cartografia social, atividade esta que compõe o objetivo específico "fomentar processos sociais de apropriação e planejamento dos territórios" e que está voltada para a ampliação do entendimento e do conhecimento pelos quilombolas de seus territórios, potencializando o cumprimento do conjunto de objetivos do Quípea. O universo amostral corresponde ao trabalho e resultados obtidos em 14 das 21 comunidades integrantes do Quípea. Este universo corresponde às ações de campo da cartografia social realizadas até que se instalasse o isolamento social, por conta do contexto mundial da pandemia do coronavírus.

Em junho de 2019 começou o processo de mapeamento, com a etapa denominada "campo de reconhecimento", onde os pesquisadores, organizados em duplas, visitaram as comunidades quilombolas, durante o período de cerca de sete dias em cada comunidade. As duplas se distribuíram por regiões, de acordo com as áreas onde se situam as comunidades contempladas pelo Quípea. Foram, portanto, seis profissionais que se dividiram por três regiões, visitando 07 comunidades na Região dos Lagos, sendo: Baía Formosa e Rasa (localizadas no município de Armação dos Búzios,

RJ) Botafogo, Maria Joaquina, Maria Romana, Preto Forro (localizadas no município de Cabo Frio, RJ) e Sobara (localizada no município de Araruama, RJ); 09 comunidades na Região Norte Fluminense, sendo: Aleluia, Batatal, Cambucá e Conceição do Imbé (localizadas no município de Campos dos Goytazes, RJ), Bacurau, Boa Vista, Machadinha, Mutum, Santa Luzia (localizadas no município de Quissamã, RJ); 05 comunidades na região de São Francisco do Itabapoana e Sul do Espírito Santo, sendo: Barrinha e Deserto Feliz (localizadas no município de São Francisco do Itabapoana, RJ), Boa Esperança e Cacimbinha (localizadas no município de Presidente Kennedy, ES) e Graúna (localizada no município de Itapemirim, ES).

Neste primeiro momento, cumpriu-se dois objetivos: aproximar os profissionais da equipe realizadora da cartografia dos quilombolas; e marcar os pontos considerados mais importantes, no território, para elaborar um primeiro mapa que já permitisse a localização dos quilombos, favorecendo o planejamento e execução das próximas etapas do processo (as "oficinas de cartografia" e o "campo de mapeamento").

Essas duas últimas etapas são interligadas, uma vez que a estadia em cada um dos quilombos, durante o período de uma semana, ocorreu imediatamente após a realização da oficina de cartografia social, na qual moradores imprimiram um olhar sobre o território marcado pelas histórias de vida das pessoas e de suas famílias. Foram nas oficinas de cartografia que se definiram o que seria importante mapear, do ponto de vista estrito dos comunitários. Assim como foram escolhidos o ilustrador quilombola, membro da comunidade, para desenhar os ícones dos mapas. Com cerca de sete dias em cada local, os pesquisadores tiveram a oportunidade de se aprofundar na vida cotidiana, entrevistarem os moradores, visitarem lugares com valor histórico, cultural e afetivo para as comunidades, e marcarem todos esses "pontos" por meio do GPS.

Depois de realizadas essas etapas, os antropólogos escreveram os relatos e os

geógrafos produziram os "mapas sociais" dos quilombos. Esse material, após sistematização e produção textual das narrativas produzidas, será levado para os comunitários apreciarem, criticarem, contribuir e definirem a versão do fascículo a ser publicado. Cabe lembrar que 14 comunidades passaram pelas oficinas e respectivos mapeamentos, e em nenhuma delas pôde, ainda, ser agendada a oficina de apreciação dos materiais produzidos, em função das restrições aos deslocamentos e às aglomerações, geradas como medidas de segurança sanitária, em função da pandemia ligada à disseminação do coronavírus.

A cartografia social irá culminar com a confecção e publicação de um fascículo por comunidade e uma geral, totalizando 22 fascículos, contendo os mapas, imagens e histórias sobre o relacionamento dessas comunidades com o espaço em que vivem, e as mediações relativas às transformações ambientais e os impactos socioambientais que têm atingido os territórios constituídos.

2. Desenvolvimento

A inserção intencional da categoria território no planejamento e execução do processo pedagógico do Quipea decorre da compreensão de que esta é central no reconhecimento dos conflitos e problemas ambientais, consequentemente, para os processos educativos voltados para a autonomia dos povos tradicionais (Laschefski e Zhou, 2019; Loureiro, 2019; Menezes, 2020).

Igualmente serve, do ponto de vista da gestão do projeto, para se pensar estratégias, no que compete à educação ambiental, que reforcem a sinergia entre atividades e objetivos no cumprimento da mitigação de impactos da cadeia produtiva do petróleo.

Por território, entende-se o conjunto de relações político-institucionais (Estado), econômicas (modo de produção), culturais (universo subjetivo e simbólico na significação

da existência social) e ecossistêmicas, espacialmente referenciadas e constitutivas dos lugares. É sabido que os povos tradicionais, em geral, e particularmente os quilombolas, possuem elevado grau de territorialização de suas práticas econômicas e culturais na produção histórica de seus modos de vida (Diegues, 2000; O'DWYER, 2002). Portanto, alterações destas relações que conformam os seus territórios podem trazer implicações diretas sobre o direito de reproduzirem seus modos de existir e viver. Não por acaso, os territórios tradicionais são reconhecidos pelo Estado brasileiro como patrimônios desses povos e comunidades.

Tais alterações territoriais são a base concreta pela qual os conflitos ambientais se instituem e, por esse motivo, há especialistas do campo ambiental que consideram mais adequado o uso do conceito de conflitos ambientais territoriais do que somente conflitos ambientais (Zhour e Laschefski, 2010). Sem entrar nessa polêmica conceitual, podemos afirmar que um conflito ambiental é criado por uma estrutura social desigual e, se configura, quando dois ou mais agentes sociais possuem necessidades e interesses antagônicos e divergentes, caracterizados nos processos de uso e apropriação material e simbólica da natureza (Alier, 2007).

Há conflitos ambientais, em resumo, porque determinados modos de vida são impedidos em detrimento de outros modos que se afirmam como válidos para todas as pessoas, arbitrariamente, por força do poder desigual e do lugar de dominação que seus agentes possuem e exercem sobre os demais, reduzindo a autonomia de grupos vulnerabilizados em suas práticas e direitos. Nesses termos, o conflito, ao ser parte da estrutura da sociedade, é pedagogicamente indispensável por trazer para o concreto e para o cotidiano os conteúdos que são vistos como organizadores do ato educativo (Quintas, 2014).

Do ponto de vista pedagógico, quando a dimensão conflitiva é tratada como eixo organizador da prática educativa, torna-

se possível compreender que os problemas e os temas ambientais não são neutros. A historicidade passa a ser constitutiva da atividade pedagógica, não cabendo mais como suficiente a constatação do problema, ou o voluntarismo para resolvê-lo, sendo vital a problematização que leve ao conhecimento da sua dinâmica causal e dos agentes sociais envolvidos (Loureiro, 2016).

A compreensão desses aspectos teóricos é indispensável para o cumprimento das exigências normativas da educação ambiental no licenciamento. As suas diretrizes determinam que os projetos de educação ambiental, aprovados como condicionantes de licenças ambientais federais, se constituam em processos sociais que fortaleçam as identidades e lutas organizadas dos grupos sociais mais impactados pela atividade licenciada, na sua participação em espaços públicos, na reivindicação e controle social das políticas públicas, e na reversão das assimetrias na apropriação de bens naturais, tendo por referência os marcos regulatórios da política ambiental brasileira (Quintas, 2000).

A educação ambiental crítica, que fundamenta a educação ambiental no licenciamento ambiental federal, entende que a educação é uma atividade intencional e dialógica (pois sempre envolve o outro e a troca com o outro, ainda que posto em condições desiguais), voltada para a aquisição e elaboração de conhecimentos, valores e condutas que dão suporte aos processos emancipatórios. Para estas, o ser humano é entendido como um ser criador que, por meio de sua atividade no mundo, vai alterando a realidade e produzindo o contexto cultural no qual nos constituímos em nossas individualidades. Compreender o mundo, ter consciência dele, interpretá-lo, "ser mundo", são acontecimentos que se efetivam tão somente em sociedade. Ao indagar-se, conhecer, compreender, interpretar e agir, o ser humano desperta potencialidades e mobiliza sua capacidade de decidir, de escolher (sob as determinações sistêmicas) e, ao exercer a escolha na ação que desenvolve, não muda apenas o mundo, muda também sua posição

diante do mundo em um movimento de autotransformação.

Tomando por fundamento essa linha de argumentação, alguns desafios e questões surgem no âmbito do Quipea, naquilo que interessa para o escopo do artigo: como essa certeza metodológica e teórica se realiza em um projeto de educação ambiental no licenciamento, executado com comunidades quilombolas? Sendo o território uma categoria pedagogicamente organizadora das atividades, como os quilombolas a significam?

Ao longo das fases e na avaliação que possibilita a elaboração de novos Planos de Trabalho, os diferentes atores sociais envolvidos no Quipea (Ibama, Shell, consultorias e comunidades), indicaram o uso da cartografia social como uma possibilidade de dar respostas às questões e aprimorar os processos sociais estabelecidos no projeto. A cartografia social responde, assim, a uma demanda coletiva, que trata da necessidade de tornar explícitas as formas específicas pelas quais as comunidades quilombolas lidam com o espaço em que vivem e criam seus territórios, identificando, nesse movimento, como os conflitos e os impactos da cadeia produtiva do petróleo se manifestam e ganham sentido para tais grupos.

Cabe ressaltar que esse é um dos caminhos possíveis e não o único. Foi aquele que para os participantes do projeto, no momento de pensar uma nova fase, foi considerado o mais oportuno. Não houve nenhum tipo de análise comparativa entre metodologias distintas, mas a adoção de uma proposta de cunho antropológico que vem sendo crescentemente utilizada pelos coletivos organizados de povos tradicionais e originários em suas articulações com pesquisadores, na luta junto ao Estado por reconhecimento de seus direitos, territórios, práticas econômicas e culturais.

Resumidamente, a cartografia social é um instrumento etnográfico, organizado em linguagem textual e iconográfica, e um meio de produção de conhecimentos interpretativos

e narrativas constituídos estritamente a partir dos sujeitos da ação, no caso, os quilombolas. A sua validade na esfera pública, como instrumento reivindicatório, está em seguir rigorosamente as exigências antropológicas de produção de conhecimento, no âmbito do autorreconhecimento quilombola.

Os materiais produzidos por essa abordagem, nos ensinam a enxergar uma espacialidade que toma como marcos as histórias dos antepassados impregnadas nos lugares, os caminhos em que se circulava, concebendo as fronteiras do mundo quilombola de modo muito próprio. E que não condizem com as fronteiras político-administrativas que são criadas por força de lei, da convenção, e dos interesses econômicos hegemônicos (O'DWYER, 2002). Decorre destes modos peculiares de se verem inseridos no mundo, que áreas hoje classificadas como pertencentes a municípios e bairros diferentes, são referenciadas, na memória dos moradores mais antigos, como pertencentes a uma história espacializada sem a presença de fronteiras: "era tudo uma coisa só".

3. Resultados

O uso da cartografia social não é tão comum em projetos de educação ambiental no licenciamento, que atendem às diretrizes da educação ambiental crítica e da educação popular. Além disso, a realização simultânea em 21 comunidades no Quipea agregou desafios extras em sua aplicação e utilização em diálogo com atividades que seguem premissas distintas e próprias dos instrumentos participativos.

Para se cumprir rigorosamente as exigências teórico-metodológicas da cartografia social e atender ao seu ambicioso tamanho no Quipea, foi necessária a composição de uma equipe com elevada experiência e qualificação técnica, capaz de fazer ao mesmo tempo um "mergulho" nas comunidades e nas informações produzidas, trazendo as narrativas de modo mais fidedigno possível.

Igualmente importante foi manter o processo formativo da equipe permanente de educadores, para se entender as especificidades desse instrumento de cunho etnográfico no trabalho educativo e, com isso, contribuir com o planejamento da atividade, o formato final dos fascículos e colaborar com seus futuros usos pelas comunidades quilombolas.

As metodologias participativas promovem uma construção coletiva e dialógica ao longo de todo o processo de realização de uma atividade. Ao partir dos saberes, práticas e vivências dos sujeitos que estão na condição de opressão, produzem conhecimentos no transcorrer da mesma, como forma de instrumentalizar a ação e intervir coletiva e organizadamente na realidade, transformando-a na direção da autonomia e da emancipação do grupo. As metodologias etnográficas não tomam essa intencionalidade a priori. Há envolvimento de todos os atores na definição dos objetivos e delimitações da atividade, mas o que se (re)produz são as narrativas estritamente dos sujeitos tomados por referência. O que interessa não é discutir conceitos, produzir análises, categorizar, problematizar a realidade e intervir, mas trazer a público como um grupo determinado dá sentido a algo, considerando suas histórias e experiências. O uso instrumental disso e o fazer educativo decorrem daí.

Essa mescla de metodologias, respeitando-se seus pressupostos, tem se caracterizado como uma oportunidade de qualificação da equipe e de inovação nos projetos de educação ambiental realizados como condicionante do licenciamento ambiental federal. No Quipea, o procedimento de execução da cartografia social contribuiu diretamente para ampliar o envolvimento dos comunitários, ao colocar a equipe por um tempo prolongado nos Quilombos e se propiciar espaços de escuta de pessoas, individualmente e em grupo, nas oficinas e no tempo de permanência em cada comunidade. A valorização das falas nos lugares em que vivem, trazendo histórias, memórias e interpretações que dão sentido aos seus territórios, foi

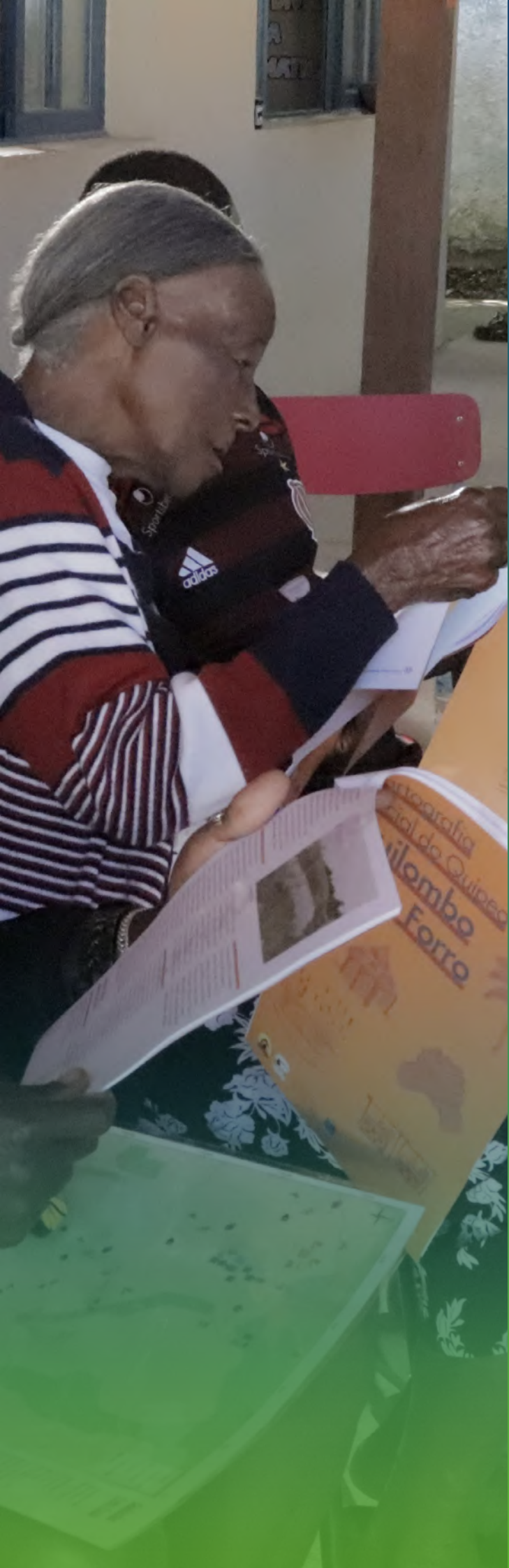
relevante também para a mobilização dos quilombolas para outras atividades do projeto.

Para além de questões relacionadas ao fluxo do projeto, à equipe e aos comunitários, é importante ressaltar que algumas das categorias centrais para a prática discursiva dos projetos de educação ambiental no licenciamento, particularmente para o Quipea, não emergem diretamente nas falas dos comunitários. Entre estas, destacam-se: impacto, conflito e problema ambiental; povos tradicionais; organização política; quilombo etc. Todavia, isso não significa que não sejam relevantes para eles.

Apesar de não serem categorias organizadoras das narrativas, estão todas transversalmente presentes e se destacam durante as conversas e nos sentidos dados aos Quilombos e suas histórias.

Isso não surpreende, uma vez que há uma forte tendência entre grupos tradicionais de buscarem dar sentido às suas leituras e visões de mundo, considerando por base suas experiências cotidianas e exemplos concretos vividos. As abstrações decorrem desse primeiro momento e o grau que alcançará dependerá de aspectos que configuram diferentes espaços de aprendizagem (escolaridade, participação em organizações políticas, atuação em espaços públicos, familiaridade com as pautas nacionais dos movimentos quilombolas, atuação regular em projetos de educação ambiental no licenciamento etc.).

Esse movimento do concreto imediato para a abstração e desta para o concreto pensado é o próprio processo de produção do conhecimento que fundamenta a dimensão crítica da educação popular. Melhor dizendo, é uma exigência de método para a educação ambiental que se inspira nessa tradição teórica. Portanto, a oportunidade de dar materialidade aos conteúdos que formam esse percurso, possibilitando a organização de categorias que orientam a prática pedagógica, é uma exigência metodológica que qualifica o Quipea.



É indubitavelmente comum nas narrativas quilombolas produzidas com a cartografia social, ao se tratar das mudanças territoriais, considerando os impactos gerados pela cadeia de petróleo e gás, se partir das lutas e esforços de pessoas e famílias que primeiro se apropriaram das terras configurando os territórios ancestrais. Essa referência é central tanto na compreensão territorial, pois fixam um ponto de partida que orienta os discursos, quanto sobre como passam a se organizar em suas práticas econômicas, culturais e políticas. É central também na memória revivida nos tempos atuais junto com sentimentos de dor pelos sofrimentos e orgulho pelas conquistas.

Ao definirem o espaço que ocupam e seus lugares, vem associado o trabalho com a terra. As pessoas que chegam na terra são apresentadas junto com o que plantam, animais que criam, utensílios e peças produzidas que representam o universo simbólico desde os ancestrais e como isso se dá em um novo "mundo" criado pelo trabalho. É nesse "fazer o mundo" que as práticas culturais igualmente se consolidam e determinam as identidades e traços de tradicionalidade que se destacam até os dias atuais.

As categorias ambientais territorializadas e espacialmente referenciadas se expressam aí. Quando falam do que produzem trazem o que se conseguia antes e o que não se consegue mais por força da perda de áreas de matas e plantio, pela destruição de rios e nascentes que levam à seca, pela pressão imobiliária sobre suas terras, pelo deslocamento de jovens em busca de emprego, reduzindo o interesse geracional pelas práticas tradicionais e quem as realiza. Quando falam da cultura, trazem o que formava a comunidade e as tensões provocadas por questões religiosas, desconhecimento da história, pela perda da relação de trabalho com a terra e o afastamento dos jovens destas práticas significativas. Mas também ressaltam movimentos de retomada de interesse de jovens e de adultos, que buscam praticar o que por vezes estava extinto, indicando os caminhos de resistência local e atuação política singular.

4. Considerações Finais

Os resultados obtidos até o momento indicam que o processo educativo realizado foi desafiador e bem-sucedido, pelos motivos que se seguem, favorecendo a identificação dos conteúdos concretos que dão sentido à categoria território, das transformações ambientais territorializadas ocorridas e das características culturais e econômicas marcantes de cada Quilombo.

Nos mapas sociais gerados pela cartografia social do Quipea, emergem os modos peculiares de entender e lidar com o espaço e com os territórios quilombolas. Isso permite refletir na importância ou necessidade de usar a base material que constitui as comunidades e a partir da qual se faz o ato educativo para conceituar território. Tem também possibilitado compreender melhor como os comunitários se organizam política, econômica e culturalmente, o que ajuda no planejamento das práticas educativas e na definição estratégica do que é prioritário para o próprio projeto, enquanto medida mitigadora do licenciamento ambiental federal.

A diversificação metodológica no âmbito da educação ambiental crítica adotada no licenciamento federal trouxe novas possibilidades instrumentais na realização das intencionalidades educativas do projeto, favorecendo, nesse contexto, a qualificação da equipe técnica. E potencialmente contribui com novos conhecimentos para o conjunto de projetos de educação ambiental no âmbito da gestão ambiental pública.

A cartografia social, enquanto processo, tem ajudado no maior envolvimento e mobilização dos comunitários no que diz respeito às atividades do Quipea e reavivado memórias que ajudam na retomada e fortalecimento de práticas tradicionais que reforçam as identidades e a autonomia quilombola. São aspectos que possibilitam, por meio de um

maior conhecimento dos territórios quilombolas, pensar em desdobramentos para a Fase 4, na forma de atividades variadas, sinérgicas e integradas.

Por fim, será possível, a partir dos produtos da cartografia social, se assim o coletivo do projeto entender por relevante e estratégico, criar estudos sistemáticos em associações locais e em escolas que recebem crianças e jovens quilombolas; retomar memórias que ajudem na potencialização e valorização de práticas tradicionais; aprofundar pesquisas que tragam novos conhecimentos sobre as histórias dos Quilombos; planejar formas de recuperação e estímulo a práticas produtivas locais criadas na tradição e que são sustentáveis; utilizar os fascículos como fonte documental nas reivindicações junto ao poder público na garantia dos direitos quilombolas.

Assim sendo, a cartografia social e seus produtos geram uma expectativa positiva nas comunidades, o que favorece ao projeto como todo, seja em seu planejamento ou em sua execução de fase.

5. Agradecimentos

Às 21 comunidades Quilombolas do Quipea (Aleluia, Bacurau, Baía Formosa, Barrinha, Batatal, Boa Esperança, Boa Vista, Botafogo, Cacimbinha, Cambucá, Conceição do Imbé, Deserto Feliz, Graúna, Machadinha, Maria Joaquina, Maria Romana, Mutum, Preto Forro, Rasa, Santa Luzia e Sobara) e a todos os participantes das atividades de Cartografia Social do Quipea.

SESSÃO 4

A CENTRALIDADE DO TERRITÓRIO NA CONDUÇÃO DE PROJETOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO LICENCIAMENTO AMBIENTAL FEDERAL: ANALISANDO OS CAMINHOS PRODUZIDOS PELO QUIPEA

ENTREVISTA COM O AUTOR:

CARLOS FREDERICO B. LOUREIRO

Participa da equipe de coordenação do Quipea – Quilombos no Projeto de Educação Ambiental, desde 2017. Professor Titular da FE/UFRJ. Atuação na elaboração de políticas públicas em educação ambiental e em projetos de educação ambiental na gestão ambiental pública, principalmente na gestão de Unidades de Conservação e no licenciamento ambiental federal, há 35 anos. Autor de inúmeros livros e artigos de referência na área.

SUELY ORTEGA

Coordena o projeto Quipea na Shell Brasil Petróleo Ltda. Comunicadora Social e Assessora Senior de Performance Social com atuação nas demandas socioeconômicas relacionadas às operações offshore de exploração de petróleo e gás natural no Brasil, com mais de 23 anos de experiência em estratégias de engajamento e planejamento participativo de programas de comunicação e educação com comunidades tradicionais e pescadores artesanais.

1) O artigo destaca a importância da categoria "território" no processo pedagógico do Quipea. Como surgiu a decisão de incorporá-la ao Plano de Trabalho da Fase 3 e quais desafios vocês encontraram ao aplicar esse conceito na prática?



"Território" é uma categoria estratégica para projetos de educação ambiental com povos tradicionais porque é uma bandeira de luta de seus movimentos sociais na defesa de seus modos de vida.

Em se tratando de um projeto condicionante do licenciamento ambiental da Shell, conduzido pelo Ibama, a relação territórios com impactos é crucial para promover debates sobre como esses impactos incidem sobre as comunidades e as formas de enfrentamento. Particularmente, os quilombolas entendem que seus costumes e práticas tradicionais se definem nas relações que possuem com seus territórios, sendo estes intransferíveis e sagrados. Assim, incorporar esta categoria na Fase 3 foi importante por expressar o reconhecimento pelo projeto de algo prioritário para as lutas quilombolas e por direcionar o processo educativo para a sustentabilidade dos territórios como condição para a preservação dos Quilombos.

2) A cartografia social desempenha um papel central no projeto. Como foi a recepção das comunidades quilombolas a essa metodologia e quais foram os principais aprendizados ao longo do processo?

A Cartografia Social já era um desejo antigo de lideranças quilombolas, por saberem de sua importância no processo de titulação de outros Quilombos em diferentes regiões do Brasil. Além

disso, a metodologia de produção de cada cartografia social com amplo envolvimento na base comunitária gerou uma enorme satisfação com cada etapa realizada e com o produto final.



Dentre muitas aprendizagens, destaca-se a importância educativa da elaboração coletiva, do diálogo e da escuta dos mais velhos, a escolha e ilustração de seus ícones feitos pela própria comunidade, para o registro de memórias e histórias que dão os sentidos de vida e as identidades de cada comunidade.

3) Durante a execução do Quipea, vocês identificaram mudanças significativas na relação das comunidades com seus territórios? Como essas mudanças se relacionam com os impactos da cadeia do petróleo?

As relações mudaram em função do processo educativo de conhecimento e valorização da história de cada Quilombo, de reflexão sobre as práticas tradicionais e sua importância para a integridade territorial, e de estudo das transformações territoriais ocorridas e suas conexões com a chegada de diferentes empreendimentos. Com isso, foi possível propiciar uma melhor compreensão de como atividades econômicas e a ocupação territorial promovidas pela ocupação urbana e por atividades econômicas, como a indústria do petróleo, impactaram os territórios e modos de vida quilombolas e quais são as estratégias mais adequadas para superar efeitos negativos, visando a mitigação exigida no licenciamento ambiental federal.

4) O artigo menciona que a cartografia social pode ser um instrumento de reivindicação política para as comunidades quilombolas. Você poderia dar exemplos

concretos de como esse material já foi ou pode ser utilizado nesse sentido?



Os mapas e materiais escritos que resultaram da cartografia social são reconhecidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e demais órgãos públicos, sejam aqueles ligados ao processo de certificação e titulação quilombolas ou não, como o IBGE e órgãos municipais.

Sendo a cartografia fonte de conhecimentos e informações válidas, que ajudam no reconhecimento e na delimitação de seus territórios, as comunidades quilombolas têm utilizado regularmente o material em reuniões com tais órgãos públicos, como o IBGE em Maria Joaquina, e em escolas municipais, como em Cacimbinha e Boa Esperança, para defenderem o que são, a titulação e políticas públicas ligadas ao território, integralmente visto como do Quilombo.

5) Com base nos resultados da cartografia social, quais recomendações ou encaminhamentos vocês sugerem para a próxima fase do projeto? Há novas abordagens metodológicas que gostariam de explorar?

Com a conclusão da cartografia social, na Fase 4 do Quipea, e diante de sua enorme aceitação pelas comunidades, pode ser uma base para estudos relacionados às transformações territoriais ocorridas e suas relações com os impactos de empreendimentos que os afetem, assim como atividades de fortalecimento e valorização das memórias e costumes locais. Em 2025, novos desafios metodológicos e de finalidades educativas do Quipea estão sendo enfrentados, em função das adequações a novas diretrizes do Ibama para condicionantes socioeconômicas no licenciamento ambiental federal.





| Referências

- BARTH, Fredrik. (2003). Temáticas permanentes e emergentes na análise da etnicidade. In Antropologia da etnicidade. Edições Fim de século. Disponível: <https://www.worldcat.org/title/antropologia-da-etnicidade-para-alem-de-ethnic-groups-and-boundaries/oclc/500085518?loc=>
- EPE, & Piatam-Coppetec. (2020). . Estudo Ambiental de Área Sedimentar na Bacia Sedimentar Terrestre do Solimões. EPE. Disponível: <https://www.epe.gov.br/pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/estudo-ambiental-de-area-sedimentar-do-solimoes>
- EPE. (2017). Edital de concorrência: Estudo Ambiental de Área Sedimentar na Bacia Sedimentar Terrestre do Solimões Anexo I – Projeto básico, CO.EPE.004/2017. EPE. Disponível: <https://www.epe.gov.br/pt/a-epe/acesso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/COEPE004-2017>
- FARIA, Ivani. (2018). Metodologias participantes e conhecimento indígena na Amazônia: propostas interculturais para a autonomia. In Epistemologías del sur: epistemologías do sul. CLACSO. Disponível: https://www.jstor.org/stable/j.ctv-np0k5d.8?seq=1#metadata_info_tab_contents
- IAIA (International Association for Impact Assessment). (2002). Performance Criteria for Strategic Environmental Assessment. IAIA. Disponível: www.iaia.org
- BAUMAN, Zygmunt. Community: the quest for security in today's world. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- BERGER, Peter Ludwig. Sociological Perspectives: A Humanistic View.
- BRAZIL. Decree No. 6040, of February 7, 2007. Establishes the National Policy for the Sustainable Development of Traditional Peoples and Communities. Official Gazette of the Union, Brasília, DF, 2007. establishes the National Policy for the Sustainable Development of Traditional Peoples and Communities.
- CASTELLS, Manuel. The power of identity (vol II). São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- COSTA FILHO, Aderval; MENDES, Ana Beatriz Vianna. Law of Traditional Peoples and Communities. Belo Horizonte: Coordination of Inclusion and Social Mobilization (CIMOS) - Public Ministry of Minas Gerais, 2013.
- FLICK, Uwe. Introduction to qualitative research. 3rd edition. Porto Alegre: Artmed Editora, 2009.
- FREIRE, Paul. Extension or communication? São Paulo: Paz e Terra, 1985.
- FREIRE, Paul. Pedagogy of the Oppressed. 60th edition. São Paulo: Peace and Land, 2018.
- HALL, Stuart. Cultural identity in postmodernity. 7th edition. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn; SILVA, Tomaz Tadeu. Identity and difference. Petropolis: Voices, 2014.
- OLIVEIRA, Moses Diaz. Identity and territorial self-definition among the geraizeiros in the North of Minas Gerais: the case of the Sobrado community. 2017. Master's Dissertation, University of Brasília, Brasília, 2017.
- POLLAK, Michael. Memory and social identity. Journal of Historical Studies, v. 5, no. 10, p. 200-215, 1992.
- DEMO, Peter. Participation is achievement: notions of participatory social policy. São Paulo: Cortez, 1988.
- PORTELLI, Alessandro. Philosophy and facts. Time magazine, vol. 1, no. 2, p. 59-72, 1996.
- SAWAIA, Bader Burihan. Community: The scientific appropriation of a concept as old as humanity. In: CAMPOS, Regina Helena de Freitas (Org.). Community social psychology: from solidarity to autonomy. 14th edition. Petropolis: Voices, 2006.
- SILVA, Marina Osmarina. Coming out of invisibility: the national policy of traditional peoples and communities. Social inclusion, v. 2, no. 2, p. 7-9, 2008.
- SILVA, Rosalina Carvalho; SIMON, Cristiane Paulin. On the diversity of senses of community. Psycho, v. 36, no. 1, p. 39-46, 2005.

SOUZA, Cecília de Melo. The concept of culture and ethnographic methodology: Foundations for a Cultural Psychology. In: D'ÁVILA NETO, Maria Inácia; PEDRO, Rosa Maria Leite (eds.). Weaving development. Rio de Janeiro: MAUAD: Bapera Editora, 2003.

TOLEDO, Victor. Traditional peoples/communities and biodiversity. Encyclopedia of Biodiversity, p. 451-463, 2001.

WOODWARD, Kathryn. Identity and difference: a theoretical and conceptual introduction. In: HALL, Stuart; SILVA, Tomaz Tadeu; WOODWARD, Kathryn. Identity and difference: the perspective of cultural studies. Petropolis: Voices, p. 7-69, 2014.

Convenção no 169 sobre povos indígenas e tribais. (1989). OIT – Organização Internacional do Trabalho. Disponível: https://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS_236247/lang--pt/index.htm

Krull, A. (2012, July 24). A aplicação da proporcionalidade no estabelecimento de condicionantes na licença ambiental. Revista Jus Navigandi, ano 17(n. 3310), 10. Disponível: <https://jus.com.br/artigos/22262>

Lago Marques, M. (2018). L'expérience publique de l'environnement : une analyse des expérimentations au sein de deux Espaces naturels protégés habités, en France et au Brésil [Tese de doutorado, Université Paris Nanterre]. Disponível: <http://www.theses.fr/2018PA100163>

Madeira, J. A., Abirached, C. F. A., Castro, D. M. P., Barbanti, O., Cavallini, M. M., & Melo, M. M. (2015). INTERFACES E SOBREPOSIÇÕES ENTRE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E TERRITÓRIOS DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS: DIMENSIONANDO O DESAFIO. Vol I, 617–626. Disponível: <https://sapiselapis2015.paginas.ufsc.br/>

Paula, E. V., Pigosso, A. M. B., & Wroblewski, C. A. (2018). Unidades de Conservação no Litoral do Paraná: Evolução Territorial e Grau de Implementação. In Litoral do Paraná: território e perspectivas. Autografia. Disponível: www.ppgdys.ufpr.br

Alier, J. M. (2007). O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Contexto. Disponível: <https://www.editoracontexto.com.br/>

Diegues, A. C. (org.). (2000). Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil. Brasília: MMA/CNPq. Disponível: <https://livroaberto.ibict.br/bitstream/>

Laschefski, K., & Zhouri, A. (n.d.). Povos indígenas, comunidades tradicionais e meio ambiente a "questão territorial" e o novo desenvolvimentismo no Brasil., 1(Revista Terra Livre), 241–285. Retrieved from Disponível: <http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/view/1552>

Loureiro, C. F. B. (2019). Educação ambiental: questões de vida. São Paulo: Cortez. Disponível: <https://www.cortezeditora.com.br/>

Loureiro, C. F. B. (2016). Sustentabilidade e educação: um olhar da ecologia política. São Paulo: Cortez. Disponível: <https://www.cortezeditora.com.br/>

Quilombos: identidade étnica e territorialidade. (2002). Rio de Janeiro: Editora FGV. Disponível: <https://editora.fgv.br/produto/quilombos-identidade-etnica-e-territorialidade-2063>

Quintas, J. S. (2014). Educação no processo de gestão ambiental pública: a construção do ato pedagógico. In Educação ambiental: um olhar crítico. São Paulo: Cortez. Disponível: <https://www.cortezeditora.com.br/>

Quintas, J. S. (org.). (2000). Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente. Brasília: Ibama. Disponível: <https://www.ibama.gov.br/publicacoes>

Zhouri, A., & Laschefski, K. (2010). Desenvolvimento e conflitos ambientais. Belo Horizonte: Editora UFMG. Disponível: <https://www.editoraufmg.com.br/>



| Ficha Catalográfica

159 Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás

Revista: Think Energy: Povos Originários e Comunidades Tradicionais/ Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás. Gestão do conhecimento – Rio de Janeiro: IBP, 2025.

72 p. : il. color. ; PDF. Formato: e-book em PDF.

Modo de acesso: www.ibp.org.br/biblioteca

1. Indústria petrolífera e Energia.
2. Relacionamento Comunitário.
3. Responsabilidade Socioambiental.

I. IBP. II. Título.

CDD 388.5



| Expediente

Presidência/CEO do IBP

Roberto Furian Ardenghy

Diretora Executiva

Claudia Rabello

Gerência de Gestão do Conhecimento e Comissões

Lisandro Gaertner

Editora Chefe

Eduarda Tamate

Editor Adjunto

Alberto Monteiro

Gerência de Comunicação e Marketing

Ingrid Buckmann

Vanessa Rangel

Bruna Freire

Diagramadores/Designers Gráficos

Alter Cointeúdo

Conselho editorial

Comitê Avaliador do Congresso ROG.e

Ana Serrano

Ana Serrano Onate

Carlos Victal

Danielle Cardoso

Elisangela Almeida

Héctor Napoleão Cozendey Da Silva

Luiz Fernando Rodrigues

Marcio Schiavo

Pedro Casemiro

Rachel Balceio

Renato Peregrina

Autores

André Cassino Ferreira

Caio Marcio Paim Pamplona

Vinicius Mesquita Rosenthal

Carla Vidal

Carlos Frederico B. Loureiro

Carolina Maria Braga

Eduardo Vedor de Paula

Elisangela Almeida

Hermani de Moraes Vieira

Ivani Ferreira de Faria

Karen Joyce Aragão

Lílian de Freitas Gonçalves

Luis Fernando Santos Araújo

Luiz Henrique Condrati

Manuelle Lago Marques

Marcela Siqueira Farjalla

Mariana Lucas Barroso

Odalea Costa

Pedro Ninô de Carvalho

Rodolfo Pereira Froes

Suely Ortega

Tânia Fernandes

Thiago Dias Rodrigues

Verônica Souza da Mota Gomes

Vinicius Vendramini Cesario



O IBP APOIA O SETOR DE ÓLEO, GÁS E ENERGIA NO BRASIL



Colaboramos com o desenvolvimento de uma indústria competitiva e sustentável, através da geração de conhecimento e dos nossos produtos e serviços.



Conheça os nossos produtos e serviços e torne-se nosso Associado, com benefícios exclusivos.

relacionamento@ibp.org.br



CONECTAR TODA A INDÚSTRIA PARA IR CADA VEZ MAIS LONGE.
ISSO GERA ENERGIA.



IBP -Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás

Av. Almirante Barroso, 52 -21º e 26º andares -RJ -Tel.: (21) 2112-9000

ibp.org.br